



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO



CGER-3R COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento:	20.ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região – CGER-3R Parte I
Data:	28 de agosto de 2020
Horário:	14h30
Local:	Sala Virtual - Teams
Pauta:	Análise das ações e projetos que visam o cumprimento das iniciativas indicadas na elaboração do Planejamento Estratégico.

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Mairan Maia	Desembargador Federal Presidente	TRF3
Consuelo Yoshida	Desembargadora Federal Vice-Presidente	
Marisa Santos	Desembargadora Federal Corregedora-Regional	
Paulo Sérgio Domingues	Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação e Presidente da Comissão de Informática	TRF3
Nino Toldo	Desembargador Federal Coordenador dos Juizados e Turmas Recursais e Presidente da Turma Regional de Uniformização	TRF3
Raecler Baldresca	Juíza Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Eurico Zecchin Maiolino	Juiz Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Marcio Ferro Catapani	Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo	SJSP
Ricardo Damasceno de Almeida	Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	SJMS
Otávio Augusto Pascucci Perilo	Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região	TRF3
Dayana Rosa dos Santos	Assessora da EMAG	TRF3
Ana Paula Britto Hori Simões	Chefe de Gabinete da Corregedoria-Regional	TRF3
Sergio Luiz de Matteo	Assessor do Gabinete da Conciliação	TRF3
Christiana Elionora da Costa Marchant Rios	Assessora do Gabinete da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais	TRF3
Jeferson Zanatta	Assessor Executivo da Diretoria-Geral	TRF3
Thiago Hauptmann Borelli Thomaz	Diretor da Secretaria de Segurança Institucional	TRF3
David Panessa Bacelli	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	TRF3
Daniel Henrique Guimarães	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3
Marisol Avila Ribeiro	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas	TRF3
Alexandre do Nascimento da Silva	Diretor da Secretaria Judiciária	TRF3
Wesley dos Santos	Diretor da Secretaria da Administração	TRF3
Marcia Tomimura	Diretora da Secretaria Administrativa da DFSP	JFSP
Telma Rezende Faria de Paula	Diretora do Núcleo de Gestão Estratégica e Desenvolvimento Institucional	JFSP
Julio Cezar da Luz Ferreira	Diretor da Secretaria Administrativa da DFMS	JFMS
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente, Dr. Mairan Maia, iniciou a reunião virtual do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.^a Região, cumprimentando a todos.

Informou que a reunião foi agendada para tratar das ações de execução do planejamento estratégico, mas considerando o volume de ações e projetos informados por cada área, o que resultou em um documento bastante extenso, propôs a divisão da reunião em etapas, divididas da seguinte forma:

- na reunião em comento, analisar as ações e projetos da Corregedoria-Regional, da Escola da Magistratura, da Diretoria do Foro de São Paulo e da Diretoria do Foro de Mato Grosso do Sul;
- numa segunda reunião, as ações do Gabinete da Conciliação e do Gabinete da Coordenadoria dos Juizados;
- e com relação as ações e projetos em andamento nas áreas do Tribunal, serão aproveitadas as reuniões de gestores que estão agendadas para os dias 10 e 11 deste mês, sendo necessário incluir um horário para a AGES e a ACOM.

O Dr. Mairan informou que ao final das reuniões será elaborado um comunicado com todas as deliberações.

Todos os presentes manifestaram concordância com a proposta de divisão da reunião em mais de uma etapa.

A reunião com o Gabinete da Conciliação e da Coordenadoria dos Juizados ficou marcada para o dia 02/9, às 14h30.

A planilha compilada com todas as ações será enviada para todos os participantes.

Em seguida foi dada a palavra para a Corregedora-Regional que explanou sobre as ações e projetos em curso na CORE.

Com relação a ferramenta de Business Intelligence, a CORE tem participado para a implantação, buscando a facilitação de coleta de dados e indicadores necessários para o trabalho do Tribunal.

Participou que, na reunião preparatória do Encontro Nacional do Poder Judiciário, foi informado que os dados, a partir de 2021, serão acessados pelo CNJ diretamente no DATAJUD.

Em reuniões da estatística e da CORE estão sendo apontados dados que são solicitados. E o BI ajudará na tarefa, encurtando o caminho, por isso é importante o seu uso.

No que tange ao PJe COR, a implantação decorre do Provimento CNJ n.º 102/2020. O Dr. Paulo Sérgio tem apoiado bastante a implantação. Será realizado treinamento de servidores e juízes no uso desse sistema.

Já há alguns pedidos de providência em trâmite.

O mapeamento dos processos de trabalho das unidades judiciárias está previsto na Resolução PRES n.º 136/2017, bem como no Provimento CORE n.º 1/2020. Estão sendo realizados treinamentos, na ferramenta *bizagi*, pelo servidor João Batista da Diretoria do Foro de São Paulo.

Por fim, foi implantada nova comunicação com a CORE, pelo *whatsapp business*. A implantação ocorreu com o apoio da SETI e o Dr. Paulo Sérgio também tem auxiliado muito nos projetos da CORE.

Ao final da explanação, o Dr. Mairan sugeriu que o mapeamento seja feito, considerando a implantação do PJe, mediante a análise comparativa do fluxo do PJe nas Varas, o que possibilitará, inclusive, a revisão do fluxo. Isso para não haver uma dissonância entre o fluxo da vara e o do PJe, e que as varas não apresentem fluxo diferente do PJe. Tomar o PJe como parâmetro permite melhoria no fluxo, otimiza e propicia a uniformidade das varas. Em Mato Grosso do Sul, citou o Presidente, verificou-se vara com fluxo que gerava gargalo.

A Dra. Marisa informou que o projeto está na fase preliminar; estão aprendendo a utilizar a ferramenta, para que no futuro se faça um fluxo padrão para facilitar o trabalho no PJe.

O Dr. Mairan registrou que esse trabalho traria facilitação aos magistrados que têm dificuldade em elaborar um fluxo de trabalho.

O Dr. Paulo agradeceu os elogios de apoio, registrando que são muitas as áreas engajadas para que os projetos sejam viabilizados e concluídos. Registrou que espera que esse projeto de mapeamento venha para melhorar os fluxos do próprio sistema e que, recentemente, foi criado o grupo de usuários do PJe, que também dará apoio a este trabalho de revisão de fluxo. Mencionou a existência, também, do grupo do JEF, que está trabalhando na elaboração do fluxo dos juizados. O Desembargador destacou a importância de um grupo permanente para nortear o desenvolvimento de fluxos do PJe, aumentando as automações. Pontuou, ainda, que a própria extração de dados, no futuro, será automatizada. Anotou, também, que espera que seja num futuro breve.

A Dra. Marisa informou que tem observado nas correções que há os juízes mais inteirados do trabalho da secretaria, mas outros não sabem o que acontece na secretaria.

O Dr. Paulo falou sobre o curso da EMAG, ministrado pelo Juiz Federal José Denilson, no qual é utilizado o perfil do diretor, que possibilita uma visão mais global da vara, e que, em razão de solicitações, estão estudando a liberação do perfil de diretor para todo juiz, embora seja algo que deva ser tratado com a Corregedoria.

Por fim, informou que os treinamentos do PJe estão sendo retomados.

Encerrada a análise das ações da CORE, foi dada a palavra à servidora Dayana, Assessora da EMAG, representando a Desembargadora Diretora da Escola.

Inicialmente a servidora Dayana registrou que todas as atividades da EMAG estão relacionadas aos objetivos do plano estratégico. Esclareceu que o projeto EMAGConecta se trata de um projeto concebido no isolamento, com a reedição de cursos e palestras de temas atuais e perenes; que também há os vídeos no módulo conexões, que são de assuntos atrelados à pandemia; e que muitos abrangem o tema

de garantia dos direitos da cidadania. Registrou que o EMAGConecta é o grande projeto da escola, neste momento, para tratar de todos os temas envolvendo o item sociedade.

Noticiou que o Instagram da EMAG foi criado como uma ferramenta de comunicação e está em aperfeiçoamento, mas tem sido um grande canal de facilitação, expansão e comunicação com o público em geral.

Apontou que há uma ação informativa, em iminência, "Desnudando Estereótipos", que é focada na questão de gênero e que a Comissão da Equidade de Gênero está auxiliando na organização das palestras. Essa ação informativa tem foco na participação feminina e será iniciada com uma palestra da Ministra Ellen Gracie, que foi a primeira ministra a assumir no Supremo Tribunal Federal e contará, ainda, com artistas plásticas e questões de neurociência, porquanto se tratar de um evento multidisciplinar.

Relatou a servidora Dayana que, com relação ao PJe, como já dito pela Dra. Marisa e pelo Dr. Paulo Sérgio, a questão do curso de PJe está relacionado à produtividade e celeridade e tem sido um curso de muito sucesso, tendo sido realizadas duas turmas -- julho e agosto -- a terceira turma com início em setembro; com isso, informou, serão 90 magistrados capacitados, já que são 30 vagas por turma. Participou que, em razão da grande procura, foi solicitado o aumento das turmas para a ENFAM, para 40 vagas e que há procura do curso pelos servidores, mas que, nesse ponto, em razão do uso do perfil de diretor, foi passado para a análise da Escola de Servidores.

Informou que foi realizado, ainda na temática celeridade, um seminário sobre benefícios previdenciários e assistenciais, teleperícias e teleaudiências em tempos de Covid; que a Dra. Marisa foi palestrante em um dos temas desse seminário, bastante focado na prestação jurisdicional.

Sobre conciliação e meios alternativos de conflito, mencionou o curso de Conciliação e Mediação do novo CPC e justiça federal; que o curso está credenciado, foi divulgado para realização em julho, mas houve poucas adesões, mas ele está previsto para entrar na grade do segundo semestre; que a intenção é oferecer o curso um pouco antes da semana da conciliação, pendente a confirmação da data.

Com relação a gestão de pessoas, alguns eventos com temática de saúde, o impacto da pandemia nos indivíduos e nas relações interpessoais.

No tema governança o ENASTIC abordou diversos temas relacionados à governança.

Há em planejamento alguns temas de cursos: justiça restaurativa, temas indígenas e gestão criminal. Este último ainda não está delimitado, mas deve ocorrer em razão de aniversário do Fórum Criminal.

Ao final da explanação, o Dr. Mairan sugeriu a elaboração de um calendário prévio dos cursos que serão oferecidos no semestre subsequente, para prévio conhecimento, divulgação e maior participação. Considerou que, por estarmos em agosto, poderia ser feito o planejamento dos cursos do 1.º semestre de 2021, com a apresentação de um calendário, sem prejuízo de acréscimo posterior de outros cursos, mas um calendário que venha divulgar o que a escola já pretende fazer, o que também facilitaria o planejamento orçamentário em relação aos custos.

A servidora Dayana informou que em relação ao calendário do segundo semestre é possível agregar e informar, mas com relação ao primeiro semestre do próximo ano, ainda é preciso elaborar.

O Dr. Mairan ponderou a intenção de publicar em setembro ou outubro o calendário de cursos do 1º semestre de 2021, para divulgação antecipada, possibilitando maior participação e planejamento dos magistrados para comparecimento, não obstante no momento atual não haja necessidade de deslocamento, já que a realidade mudou, mas, de toda forma, levando-se em conta que a Escola volte a fazer cursos presenciais no próximo ano.

A servidora Dayana informou que a intenção é retomar os cursos presenciais, que estão acompanhando outras escolas, orientações e diretrizes, que neste momento a Portaria n.º 10 da Presidência mantém o trabalho à distância até 30 de outubro, mas que, de toda forma, a escola precisa se preparar e retomar, até porque havendo novo concurso para a magistratura, o curso de formação tem que ser presencial.

Concluída a explanação sem outras colocações, foi passada a palavra ao Dr. Márcio para a apresentação das propostas e metas da Diretoria do Foro de São Paulo.

O Dr. Márcio informou que faria uma explanação inicial e passaria a palavra para a servidora Telma, que é Diretora do NUID e que esta exporia os dados mais específicos.

Inicialmente o Dr. Márcio informou que a Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado de São Paulo está trabalhando, de uma forma geral, em algumas grandes frentes dos macrodesafios e que tem 3 movimentos grandes que convergem para o mesmo sentido.

O magistrado expôs que a migração dos processos físicos para a plataforma digital gerou a possibilidade, acelerada pela pandemia, de trabalhar à distância de forma maciça e significativa, o que não vai se limitar ao período da pandemia, pois houve a recente resolução do trabalho à distância, assinada recentemente pelo Dr. Mairan, e isso gera uma necessidade de readequação dos espaços físicos e dos fluxos de trabalho.

Ainda, que a Corregedoria tem trabalhando bastante nos fluxos de trabalho e a Diretoria do Foro na readequação dos espaços físicos; que são linhas de atuação que convergem para a apresentação de um novo modelo da justiça, e essas medidas geram em cada setor uma série de ações pontuais.

O Diretor do Foro relatou que há uma dificuldade muito grande com relação a comunicação, tendo se pensado em alternativas para melhorá-la, algumas delas com uso da tecnologia, como a aquisição do Alert. Informou que há orçamento para este ano, que está em tratativas com a SETI para se buscar o padrão de comunicação, sem prejuízo da busca de outras alternativas, também.

Relatou que a dificuldade de comunicação se estende à estabelecida com o público externo, razão pela qual se está a rever, em conjunto com a ADEG, a carta de serviços .

O Dr. Márcio informou que houve, por parte do iJuspLab, uma série de iniciativas para buscar adaptar as atividades ao tempo de pandemia, tendo também o CLISP atuado bastante com a edição de notas técnicas sobre teleaudiência e teleperícia; que tudo isso trará benefícios não somente para o momento presente, mas permitirá a mudança da forma de atuação mesmo após o retorno das atividades presenciais.

O magistrado asseverou que são muitas ações na planilha, mas que não haveria a necessidade de detalhar cada item, que os

demais poderiam, posteriormente, ser repassados pela servidora Maíra. Passou a palavra, em seguida, para a servidora Telma.

A servidora Telma, no que tange aos projetos específicos do NUID, destacou o apoio na disseminação da cultura da gestão por processos de trabalho, com o treinamento que está sendo realizado pelo João para os servidores da área fim, referente ao mapeamento. Registrou que o mapeamento de todo o administrativo central já foi realizado.

Ainda, no item "aperfeiçoamento da gestão de custos", que o projeto prevê a revisão dos fluxos de trabalho das áreas envolvidas com gestão de custo, utilizando metodologia inovadora no laboratório, com discussões agendadas com todas as áreas, sendo realizado, ao final, um desenho de todo o fluxo de trabalho; que no ano anterior fora realizado o trabalho na parte de despesas e este ano com a parte de pagamentos.

Outro projeto significativo relatado, diz respeito, também, ao aperfeiçoamento da gestão de custos, com a inserção de indicadores de desempenho; além dos indicadores da gestão de risco, que têm sido tratados ao longo dos últimos anos, com a análise desses nos processos críticos, que são submetidos e aprovados pelo comitê, gerando um indicador de risco. Informou que foi iniciada a coleta dos indicadores e agora a segunda etapa é de análise e proposta de melhoria de desempenho das diversas áreas.

Foi dado destaque aos projetos da UAPA, que está cuidando da digitalização dos processos criminais e de execuções fiscais; com relação ao iJuspLab, estão realizando oficina de modelo de serviço de teleaudiência e de aprimoramento do atendimento nos Juizados, levantamento de requisitos para a implantação automática de benefícios e também o protótipo de acolhimento e atendimento ao cidadão. Também mencionou-se as ações de comunicação social, já destacadas pelo Dr. Márcio.

No que tange à gestão de pessoas, em relação a melhoria do clima organizacional, noticiou-se estar em andamento projeto para estudo de lotação de pessoas com deficiência e que o núcleo de benefícios e assistência a saúde está iniciando a introdução do exame médico periódico e do controle do absenteísmo.

Ainda no eixo da gestão custos, a subsecretaria de orçamento e finanças destacou a revisão dos fluxos de trabalho e o fortalecimento dos instrumentos de planejamento e formação de cenário para auxiliar os gestores na previsão cenários adversos.

O setor de controle interno destacou o reforço nas auditorias internas com foco nas ações de acessibilidade.

O Dr. Márcio aproveitou para destacar que, com relação a acessibilidade, até o final do ano, será implantado, no Fórum Pedro Lessa, um modelo de acessibilidade, inclusive para atendimento de deficientes visuais e cadeirantes, servindo como modelo a ser replicado para as demais subseções, um projeto de curto prazo, mas que servirá de modelo para outros de longo prazo.

Concluída a apresentação, o Dr. Mairan solicitou que seja revista a planilha das ações, retirando aquelas que são de execução pelas áreas da administração do Tribunal, mantendo apenas aquelas que são de execução da Diretoria do Foro, porque no plano há muitas iniciativas que constam das iniciativas e objetivos propostos pelas áreas do Tribunal, seja ADEG, seja AGES, sendo necessário, assim, que a Diretoria do Foro se concentre nas ações remanescentes na planilha.

O Dr. Mairan disse que a recomendação era para as duas Seções Judiciárias. Exemplificou com a carta de serviços, que se for uma iniciativa da ADEG, deve ser excluída da planilha, podendo nela permanecer se disser respeito ao 1.º e o 2.º grau em conjunto.

O Dr. Mairan registrou que há dois pontos com divergência em relação ao Tribunal:

- em relação a saúde, no que diz respeito ao controle do absenteísmo, na medida em que a DFOR SP adota uma postura e o TRF outra; que é preciso ter condutas uniformes, de modo que as áreas de saúde do Tribunal e do 1º grau precisam conversar para uniformizar, inclusive com relação às metas, sobre o exame periódico.

- em relação a segurança, as seções devem apresentar o plano de segurança orgânica; assim, as ações de segurança que estão previstas no plano devem estar equalizadas com as atividades do Tribunal.

O Presidente pontuou que é necessário fazer as ações de acordo com a realidade da Seção, mas no aspecto macro deve haver sintonia entre a política de saúde e segurança do Tribunal, de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, de modo que haja melhor coordenação entre as áreas, inclusive com relação as questões de segurança inseridas no planejamento estratégico.

O Presidente registrou que são 55 ações e para fiscalizar todas elas é necessário uma boa estrutura, daí se estabelecer prioridades, concentrando esforços nas ações exclusivas da DF, excluindo aquelas em que a atuação é do Tribunal, e nas áreas de saúde e segurança, frisou que é necessário alinhar com a política do Tribunal.

A servidora Maíra explicou que na elaboração da planilha compilada, como o plano estratégico foi construído com as iniciativas de todos -- TRF, SJSP, SJMS, GABCONCI e GACO --, todas as iniciativas do plano foram mantidas na planilha em razão daquelas que estão relacionadas ou compartilhadas entre dois órgãos ou mais, ou seja, o projeto tem parte executada pelo Tribunal e parte pela Seção, por exemplo.

Sem outras colocações sobre os itens da Seção Judiciária de São Paulo, com os cumprimentos do Dr. Mairan ao Dr. Márcio pelo trabalho, o Presidente enfatizou que as orientações passadas se estendem, também, ao Dr. Ricardo, em relação à Seção Judiciária de MS.

Em seguida foi dada a palavra ao Dr. Ricardo para apresentar as ações e projetos de Mato Grosso do Sul.

Pela Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, o Dr. Ricardo registrou que, na gestão passada, quando assumiu a DF, notou deficiência estrutural, prédios precários, tendo sido realizada, na ocasião, uma alteração do plano estratégico, voltado para a alteração estrutural, quando então foram realizadas reformas em Ponta Porá, em Naviraí, instalação de elevador em Coxim, melhorias no prédio das Turmas Recursais e também no fórum de Campo Grande. De igual modo, também houve alteração da estrutura administrativa da DF, com uma nova conformidade das áreas administrativas.

Na atual gestão, o magistrado informou que a ideia é a alteração de pessoal, inclusive do interior, o que passa por iniciativas na área de informática.

O magistrado fez menção a projeto da justiça itinerante, iniciado na gestão passada, e que será concluído nesta gestão, que está sob condução da SUMI, Seção de Modernização, criada para pensar e executar projetos, de um caminho que foi comprado e adaptado, assim como o micro-ônibus que já existia e foi igualmente adaptado, de modo que passado o período da pandemia o projeto será retomado.

Dentre os demais projetos destacados, alguns são básicos e autoexplicativos, de modo que foram destacados os mais

importantes:

- sistema para marcar plantão judiciário: atualmente, o agendamento é manual e os plantões são agendados por período de seis meses, mas em razão das dificuldades do recurso foi solicitado o estabelecimento de um sistema para o agendamento do plantão (item 9);
- sistema de controle de entrada e saída de processos da Seção de Cálculos Judiciais, que atende toda a Seção Judiciária, controle até então inexistente, tendo havido, inclusive, cobrança da própria Corregedoria. A informação atual é de que já está em andamento o painel estatístico da Seção de Cálculos Judiciais, com informações do quantitativo de entradas e do quanto se produziu no mês;
- projeto que está em estudo -- item 15 -- processo de revisão das estruturas administrativas das Subseções do interior, isso decorrente das mudanças trazidas com a implantação do PJe, instalação de JEF Adjunto, da 2.^a Turma Recursal e mudanças que advirão da nova resolução do trabalho não presencial;
- instalação de portas detectoras de metais -- item 30 -- em Campo Grande, Naviraí, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e JEF de Dourados, pendente de aquisição e implantação das portas de controle de entrada e saída.
- itens 32 e 33 que se referem a ações de obras. Com relação ao sistema fotovoltaico, os painéis já estão em processo de aquisição para implantação no fórum sede de Campo Grande, o que vai gerar, após 5 anos, a redução de custo com energia elétrica.
- itens do NULF, área de orçamento criada na reestruturação da DF, demonstra hoje maior controle do orçamento, com melhor referência da execução e disponibilidade, com o controle e monitoramento dos gastos. No ano passado a execução orçamentária chegou a 98%, o que se busca neste ano igualmente.

Em relação as ações contínuas, o Dr. Ricardo destacou o item 46, que será iniciado ainda neste exercício, sobre os processos de trabalho e também o mapeamento de risco dos processos críticos de MS. Será iniciado pelo mapeamento dos processos de trabalho do Núcleo de Recursos Humanos, como um projeto piloto, mas também poderá se estender a outras áreas relacionadas ao tema, como por exemplo a SUSQ, que é a seção responsável pelas ações de saúde e qualidade de vida, para mapear, por exemplo, afastamento de servidores.

Com relação a segurança não foram inseridas ações no plano, entendendo-se que essas ocorreriam pelo Tribunal, ao que foi esclarecido pelo Dr. Mairan que as Seções devem acompanhar a política instituída pelo Tribunal, mas que a efetivação, orçamento, controle, verificação das Subseções, devem ser realizados pelas Seções. Ainda, que o Tribunal atua na função de apoio, e que foi solicitado os dados para realização do mapeamento, podendo o Diretor da SSEG dar apoio com relação a necessidade das Seções, frisando que cada Seção é responsável pela segurança, com atribuição da Diretoria do Foro. Destacou, também, que as portas eclusas são uma ação de segurança, de modo que o Tribunal trata as diretrizes e as Seções as executam e que o Tribunal pode atuar como apoio e orientação.

O Dr. Ricardo informou que incluirá no plano como ação a instituição da política de segurança.

O Diretor da Seção Judiciária de MS informou não ter inserido até o momento, ação referente à análise da reestruturação das unidades judiciais, nos mesmos moldes da e-Vara, porquanto não ter sido iniciada.

Passada a palavra ao servidor Júlio, Diretor da Secretaria Administrativa, este informou que, com relação a segurança, embora não tenha constado do planejamento estratégico, está em andamento a aquisição de materiais, tendo sido tomadas medidas, como, por exemplo, o relatório apresentado pelo SUST em relação ao monitoramento de cada Subseção Judiciária, aquisição de catracas eletrônicas e portas eclusas.

O Dr. Mairan agradeceu os esclarecimentos e frisou que o Tribunal estabeleceu o plano de segurança orgânica e o plano de segurança pessoal, mas que a implantação das medidas em cada Subseção é competência das correspondentes Seções Judiciárias. Consignou que o Dr. Márcio apresentou ações relativas à segurança no plano da Seção Judiciária de São Paulo, tendo o Diretor do Foro da SJSP registrado que, sobre o tema da segurança, será assinada Ordem de Serviço da Diretoria do Foro sobre o ingresso e atualização das normas que já existiam ao normativo editado pelo Tribunal.

Ainda, que estão sendo realizadas aquisições de dispositivos de eletrochoque, coletes para agentes, oficiais de justiça e magistrados, e a instalação de *scanner* de bagagem nas Subseções, bem como a contratação da manutenção desses *scanners*.

O Dr. Mairan solicitou que a aquisição dos *scanners* seja agilizada para não ficar como restos a pagar, inclusive porque o Tribunal aderiu à ata da Seção Judiciária para que a conclusão ocorra neste semestre.

Na elaboração dos planos de segurança orgânica das Seções, o Dr. Mairan consignou o apoio do Thiago, Diretor da SSEG.

Dada a palavra a todos, a Dra. Consuelo abordou os seguintes temas:

- fluxo do PJe: consultou se a Vice-Presidência também esta inserida na revisão do fluxo, o que foi confirmado pelo Dr. Mairan, como projeto da SEJU e AGES.
- com relação ao planejamento dos cursos da EMAG, registrou que a ideia é muito boa. Informou que, no âmbito do NUGE, está trabalhando para melhorar a atuação e formar precedentes do TRF3, escolhendo alguns casos, que, no entanto, é preciso melhorar as ementas, assim foi solicitado curso para a EMAG, que respondeu solicitando indicação de alguém que possa lecionar sobre a elaboração técnica de ementas.

O Dr. Mairan indicou ex-servidora do Tribunal, cujo nome é Vanessa Martins, que hoje está no gabinete da Ministra Regina Helena Costa e que antes trabalhava no Conselho da Justiça Federal em um projeto de ementa de todos os julgados do CJF.

A Dra. Consuelo consultou a Dayana sobre a possibilidade de inclusão deste curso ainda neste ano.

O Dr. Márcio consultou se seria um curso para desembargadores ou servidores, ao que esclareceu a Dra. Consuelo que seria um curso geral.

Informou a Dra. Consuelo que a ideia é criar um sistema de precedentes do TRF3, não somente em casos declarados como repetitivos, com o intuito de uniformizar e, assim, agilizar julgamentos, o que para tanto necessitaria da melhoria da redação das ementas.

Haverá uma consulta à todos os juízos do 1.^o grau que queiram participar, julgando processos que subirão para o Tribunal e serão analisados por um grupo de Desembargadores voluntários; exceto se o processo for distribuído para gabinete de desembargador que não faça parte do grupo.

Além disso, os próprios desembargadores do grupo farão levantamento dos processos cuja matéria será indicada, em tramitação no gabinete, para aplicação do precedente. A Dra. Consuelo informou que o Dr. Cedenho já começou a análise do seu acervo e que, portanto, seria importante a realização do curso ainda neste semestre.

A servidora Dayana informou que é preciso identificar o público alvo do curso, pois em se tratando de servidor de vara ou de gabinete o curso teria que ser realizado pela Escola de Servidores ou pela Secretaria de Gestão de Pessoas, ao passo que se o público alvo for magistrado a EMAG conseguiria organizá-lo. Ainda, que o curso só dependeria do programa, de tal modo que seria possível encaixá-lo no segundo semestre.

O Dr. Nino, a Dra. Consuelo e o Dr. Mairan entendem que o curso deveria ser para magistrados e servidores.

Havendo magistrados no público alvo, a EMAG pode realizar, precisando apenas da programação, do planejamento, o projeto base do curso.

O Dr. Nino ficou de indicar mais um instrutor para o curso de ementas.

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a primeira parte da reunião, que terá continuidade nas duas próximas semanas. Ao final registrou a todos os gestores a importância de inserir os respectivos projetos no SEI e também no painel, que está desatualizado por falta de alimentação por aqueles que executam os projetos. A divulgação dos projetos é importante para evitar ações simultâneas e iguais, assim, se uma área está fazendo um projeto, outra área com interesse no assunto pode se aproveitar daquele já em andamento.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferro Catapani, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 15/09/2020, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Ferreira dos Santos, Desembargadora Federal Corregedora Regional**, em 15/09/2020, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Tomimura, Diretora da Secretaria Administrativa da SJSP**, em 15/09/2020, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Pascucci Perillo, Diretor-Geral**, em 15/09/2020, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Júlio César da Luz Ferreira, Diretor da Secretaria Administrativa, em exercício**, em 15/09/2020, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Christiana Elinora da Costa Marchant Rios, Assessor**, em 15/09/2020, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisol Ávila Ribeiro, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas**, em 15/09/2020, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **David Panessa Baccelli, Assessor de Gestão de Sistemas da Informação**, em 15/09/2020, às 16:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sérgio Domingues, Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação**, em 15/09/2020, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre do Nascimento da Silva, Diretor da Secretaria Judiciária**, em 15/09/2020, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nino Oliveira Toldo, Desembargador Federal Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região**, em 15/09/2020, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Henrique Guimaraes, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação**, em 15/09/2020, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Dos Santos, Diretor da Secretaria da Administração**, em 16/09/2020, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Zecchin Maiolino, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 16/09/2020, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Telma Rezende Faria de Paula, Diretora do Núcleo de Gestão Estratégica e Desenvolvimento Institucional**, em 16/09/2020, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Zanatta, Assessor Executivo da Diretoria-Geral**, em 17/09/2020, às 13:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Britto Hori Simoes, Chefe de Gabinete**, em 17/09/2020, às 17:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz De Matteo, Assessor**, em 23/09/2020, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Dayana Rosa dos Santos, Assessora Administrativa II**, em 25/09/2020, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida, Desembargadora Federal Vice-Presidente**, em 29/09/2020, às 01:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Damasceno de Almeida, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul**, em 05/10/2020, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raecler Baldresca, Juíza Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 14/10/2020, às 17:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 25/02/2021, às 10:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 25/02/2021, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6052616** e o código CRC **349EA09E**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

CERTIDÃO

Certifico que o Dr. Thiago Hauptmann Borelli Thomaz foi exonerado, a pedido, a partir de 14/9/2020, do cargo comissionado de Diretor da Secretaria de Segurança da Informação, motivo pelo qual não assinou a Ata da 20.º Reunião do CGER - Parte I, de 28/8, que foi disponibilizada para assinatura no dia 15/9/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 28/09/2020, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6124248** e o código CRC **E5A613A7**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO



CGER-3R COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento:	20.ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região – CGER-3R Parte II
Data:	2 de setembro de 2020
Horário:	14h30
Local:	Sala Virtual - Teams
Pauta:	Análise das ações e projetos que visam o cumprimento das iniciativas indicadas na elaboração do Planejamento Estratégico.

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Mairan Maia	Desembargador Federal Presidente	TRF3
Paulo Sérgio Domingues	Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação e Presidente da Comissão de Informática	TRF3
Nino Toldo	Desembargador Federal Coordenador dos Juizados e Turmas Recursais e Presidente da Turma Regional de Uniformização	TRF3
Eurico Zecchin Maiolino	Juiz Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Sergio Luiz de Matteo	Assessor do Gabinete da Conciliação	TRF3
Christiana Elionora da Costa Marchant Rios	Assessora do Gabinete do Desembargador Federal Coordenador dos Juizados Especiais Federais	TRF3
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente, Dr. Mairan Maia, iniciou a reunião virtual de acompanhamento do planejamento estratégico, como desdobramento da reunião de 28/8/2020 do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região, cumprimentando a todos.

Informou que a reunião foi agendada para tratar das ações de execução do planejamento estratégico do do Gabinete da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais e do Gabinete da Conciliação, passando a palavra ao Dr. Nino Toldo.

Iniciada a apresentação dos projetos do Gabinete da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais pelo Desembargador Federal Nino Toldo.

Com relação a carta de serviços, as ações se relacionam, e os serviços são atualizados constantemente nas páginas dos JEFs.

O projeto de Justiça Itinerante, aprovado em reunião do CGER em função de uma Recomendação do CNJ. Alguns Juizados manifestaram interesse em desenvolver projeto dessa natureza -- Andradina, Botucatu Jaú e Corumbá -- e também existe o projeto em andamento pela Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, mas estão todos paralisados, em razão da pandemia, pois não há condição de execução neste momento, mas mantido no planejamento.

No eixo transparência e comunicação, o projeto está relacionado ao primeiro item, o qual objetiva divulgar informações sobre os juizados e turmas recursais, reunidos na página da Coordenadoria e, especificamente com relação a pandemia, há toda uma orientação e foram revisados formulários, que estão disponíveis no site do JEF, com informações sobre atendimento, acesso, documentos, com foco nos casos em que

a pessoa se apresenta sem advogado.

No início da pandemia, houve problema com um RPV em razão do fechamento da Caixa Econômica Federal e, em conjunto com a Corregedoria, foi possível contornar o problema, permitindo que os advogados fizessem o levantamento, repassando os valores diretamente aos seus clientes. Nesse projeto houve a relevante participação da Comissão de Informática pois foi necessário adequar o sistema do JEF para esse tipo de fluxo.

Ainda nessa linha da comunicação, está em elaboração a criação de um atendimento na modalidade FAQ, na página da Coordenadoria, com o aglutinamento das principais questões que são apresentadas ao Gabinete, para na linha de aumentar a possibilidade de auto-atendimento, inclusive em razão do momento que vivemos.

Foi desenvolvido o atendimento online das partes, por e-mail institucional, observando as orientações da Presidência do Tribunal e em conjunto com a Corregedoria.

Ponto relevante, refere-se à implantação do PJe nos Juizados e Turmas Recursais. Há grupo de trabalho tratando dos fluxos, para que haja a migração do sistema, sendo projeto prioritário.

Painel de BI das metas de 2020 viabilizando a gestão do acervo pelas unidades, está sendo desenvolvido e trabalhado em conjunto com a ADEG.

Recomendação Conjunta para as unidades judiciárias adotem fluxo de trabalho referente ao auxílio emergencial, dado o volume dessas ações nos juizados, que já ultrapassou 26 mil, com a grande maioria em São Paulo - capital.

Grupo de trabalho que presta serviços à CPE de Santos. Este é um projeto que deve ter avanço, interessante de se dedicar para o futuro próximo, considerando a possibilidade de o servidor prestar auxílio a uma unidade com maior necessidade.

Atualização do layout do sítio dos JEFs e Turmas Recursais, o que será realizado de acordo com o avanço da implantação do PJe.

Padronização de procedimentos para viabilizar o acesso interno e externo atos normativos dos juizados, separando na internet os atos de aplicação geral e na intranet os atos afetos aos juizados e turmas.

Ao final da explanação, o Dr. Mairan consultou se a carta de serviços é um serviço que está sendo realizado de forma independente ou conjuntamente com o Tribunal.

Restou esclarecido que o trabalho de atualização da carta de serviços é conjunto com a ADEG.

A servidora Maíra informou que a carta de serviços é uma página dentro do site do Tribunal que reúne todos os serviços da 3.^a Região, e tendo sido editada resolução pelo CJF, estabelecendo informações mínimas que devem conter na divulgação dos serviços, todas as áreas que têm serviço disponibilizado na carta foram acionadas, para que verifiquem os serviços divulgados, atualizando. Depois retornará para a ADEG fazer a compilação. E na etapa seguinte, ficou ajustado no projeto que a ACOM fará uma leitura para que a linguagem seja mais adequada ao público externo e o núcleo de comunicação do 1.^o grau trabalhará na reformulação da página, pois hoje ela tem links por assuntos apenas, buscando um formato mais amigável para o usuário externo.

Com relação a atualização de conteúdo da internet e intranet, o Dr. Mairan sugeriu que ao final a ACOM também verifique o conteúdo, pois como temos diversos veículos de comunicação, foi solicitada a unificação desses veículos, para que haja a uniformização da comunicação, evitando o descompasso entre as informações veiculadas.

No que tange ao PJe, basicamente o trabalho com a AGES, SETI e a Comissão de Informática, buscando junto aos juizados a implantação.

Dr. Nino informou que o trabalho é sempre conjunto, neste momento estão sendo fechados o fluxos. Com cronograma e ajustes prévios para que não haja impacto.

No eixo da melhoria de gestão de pessoas, considerando a resolução que regulamenta o trabalho à distância e entra em vigor no início de novembro, o Dr. Mairan pontuou ser interessante que no âmbito da Coordenação do JEF se fizesse estudo para saber quais servidores pretendem fazer o trabalho à distância de forma definitiva, tanto no JEF quanto nas Turmas, para poder redimensionar os espaços. Haverá uma dificuldade orçamentária muito grande no próximo ano. O Tribunal está devolvendo quatro salas alugadas na Torre Norte para economizar e não comprometer o custeio. Precisamos otimizar o uso do espaço público, assim, é interessante iniciar o mapeamento dos servidores que pretendem continuar com o trabalho à distância, agora de uma forma mais permanente, para avaliar se é possível fazer o redimensionamento das áreas utilizadas pela justiça. Sugerindo, assim, a implementação da Resolução n.º 370, no âmbito dos JEFs e das Turmas Recursais.

Dr. Nino informou ter reunião agendada com os juízes das turmas e aproveitará para tratar do tema, com as turmas e com os juizados. Talvez na Turmas haja maior disponibilidade, considerando a realização de audiências nos juizados, mas orientará para que seja realizado o estudo.

Dr. Eurico registrou que no final do ano passado o JEF passou por uma grande reforma em três andares, oportunidade em que o trabalho à distância foi concedido a uma número maior de servidores, e outros foram realocados em andares diversos, o que é um exemplo de espaço ocioso, isso falando em andares que são bastante ocupados, como o caso da Secretaria, mas há andares que ficam duas a três pessoas no andar inteiro, então há viabilidade sim, de pensar a longo prazo, inclusive com o compartilhamento de espaços, em razão da ampliação do teletrabalho.

Dr. Mairan ponderou, talvez levar as Turmas Recursais para o prédio dos Juizados.

Dr. Nino considerou interessante, pois no JEF o prédio é próprio, se conseguisse alocar, seria uma grande redução de gasto.

Dr. Eurico acrescentou que cada andar de Vara-Gabinete tem duas salas de audiência, e hoje o número de audiências reduziu bastante, inclusive presencial, poderia ficar com uma sala de audiência por Vara, ou duas por andar, compartilhando.

Dr. Mairan exemplificou com as salas de reunião do Tribunal, que serão diminuídas, com uma por andar e utilização agendada.

Dr. Paulo registrou que saímos de uma era em que o objetivo era ter um computador e uma estação de trabalho para cada

servidor, mas estamos entrando numa nova era, em que não se mostra necessário ter uma estação ou um computador para cada servidor, o que deve ser levado em conta nas próximas reformulações, para que tenham uso compartilhado, ou seja, quem chega para trabalhar utiliza o espaço e o equipamento, de acordo com a escala.

Dr. Mairan registrou que com base na resolução do trabalho à distância, quem aderir ao trabalho à distância não terá mais um local de trabalho fixo, sendo destinado pelo gestor o posto que é compartilhado. Inclusive está diminuindo um plenário, pois com as sessões virtuais diminuiu muito o uso do espaço.

Dr. Paulo informou que com relação a implantação do PJe nos Juizados, há diversas frentes; uma delas referente ao grupo de trabalho que está atuando na construção do fluxo; também foi realizado treinamento específico para todos os magistrados e servidores que compõem esse grupo de trabalho, tanto dos JEFs quanto Turmas Recursais.

Os treinamentos possibilitaram o conhecimento do sistema, contribuições em relação à propostas e fluxos das funcionalidades do PJe, mas também em relação ao fluxo e apoiando na implantação, reduzindo o pânico decorrente das mudanças.

O projeto está em vias de ter seus fluxos definidos, que já estão em desenvolvimento. Da parte da SETI também já estão verificando às necessidades para implantação. Além disso, já está disponível a integração do protocolo de petições pré-processuais no PJe, que depois poderão ser destinadas ao JEF, viabilizando a atermação sendo realizada diretamente pela parte no PJe, que é um requisito da implantação do PJe nos juizados.

Informou o Dr. Paulo que não há um calendário de implantação ainda, mas que quando a discussão da forma e do calendário o Dr. Nino será partícipe, pois é necessário que seja um trabalho conjunto. O Dr. Fabiano Carraro foi destacado para fazer as consultas e trazer as informações necessárias para tomar a decisão de forma melhor informada. Em fevereiro e março foram realizadas reuniões sobre o tema, mas com a pandemia, outras necessidades foram priorizadas para cuidar da implantação e agora será retomada a análise da implantação. Seja nas turmas, seja nas unidades com JEF Adjunto, será realizada de forma calma e paulatina.

Informou o Dr. Paulo que se quisesse "virar a chave" e fazer de uma vez só, seria possível.

Dr. Mairan questionou se há alguma ideia de quando a implantação seria iniciada. Ao que o Dr. Paulo esclareceu que pretende ter uma parte implantada ainda este ano, desde que tudo esteja pronto, de forma que no início do primeiro semestre de 2021, não teríamos mais nada entrando novo nos juizados. Se trata de uma previsão.

Em seguida, concluída a análise dos projetos da Coordenadoria, o Dr. Mairan agradeceu ao Dr. Nino e passou para o Dr. Paulo realizar a apresentação das propostas do Gabinete da Conciliação.

Dr. Paulo solicitou a apresentação das ações pelo Sérgio, assessor do Gabinete da Conciliação.

O Sérgio iniciou a explanação registrando a importância das ações da conciliação estarem pautadas na Resolução n.º 125 do CNJ, que diz respeito às estruturas, estatísticas e formação de conciliadores e mediadores, tudo isso para tornar a política de conciliação mais efetiva possível. Além disso a Meta 3 do CNJ, que estipulou como missão conciliar 6% dos processos distribuídos em toda a 3.ª Região. Sendo este o contexto dos projetos da conciliação.

Com relação a ampliação das centrais de conciliação, a intenção será instalar a CECON Adjunta, que viabiliza a implantação do procedimento, sem custo ou aumento da estrutura. O modelo foi instalado em Registro e a intenção seria exportar o modelo para as demais subseções.

Recentemente foi instalada a Central de Conciliação Regional de Dourados, reivindicação antiga de Mato Grosso do Sul, que tinha apenas a CECON de Campo Grande e com outras subseções em MS foi implantada a CERCON, com jurisdição ampliada, envolvendo Ponta Porã, Dourados e Naviraí. A instalação se deu, por ser estratégica já que está situada na região da tríplice fronteira.

Na busca de organização dos fluxos de trabalho e padronizar procedimentos, estão sendo aprimorados os fluxos de audiência de conciliação, assim, de forma concreta foram realizados ajustes no fluxo do PJe envolvendo audiências, e também o fluxo do Pré-Processual, que envolve a integração mencionada pelo Dr. Paulo.

Ainda, tendo em vista o tripé da Res. 125, temos buscando há algum tempo organizar e melhorar o controle estatístico. Para a efetividade da política ele é muito importante, senão fundamental, para demonstrar e efetividade da política de conciliação. Assim, estão em andamento projeto com o laboratório da Seção Judiciária de São Paulo, para deixar a estatística mais acessível a todos e inteligível, para os juizes da CECON; o que envolve a apresentação de dados pelo BI. O projeto iniciou recentemente e está em desenvolvimento o protótipo, estando numa fase incipiente, mas muito promissor.

O Gabinete da Conciliação tem a incumbência de fazer o controle estatístico das Centrais de Conciliação, com o PJe isso tende a melhorar, mas ainda hoje esses dados são compilados manualmente. Tanto os dados da CECON, quanto os dados da Meta 3 e os da plataforma.

No sentido de incrementar as atividades, principalmente diante do contexto da pandemia, foram adotadas ferramentas que possibilitem a mediação e conciliação à distância, tendo como destaque a realização de audiências virtuais, que têm sido muito positivas, utilizando o Teams e o whatsapp.

Por fim, também para possibilitar a tendência de audiências virtuais, que podem vir para ficar, estão sendo realizados os cadastros dos mediadores e conciliadores para a realização das audiências virtuais pelo Gabinete da Conciliação. Os cadastros hoje são realizados por CECON, que tem a atribuição de acompanhar, controlar e inclusive tomar medidas disciplinares, mas no caso das audiências virtuais, está se buscando um cadastro que permita a atuação no âmbito de toda a 3.ª Região, com isso suprir a constante dificuldade de fidelizar os conciliadores. Hoje há um déficit grande. Uma das dificuldades decorre do fato de a justiça federal não remunerar os seus conciliadores, ao contrário da justiça estadual.

No sentido de aprimorar as relações institucionais, foi instalada, juntamente com a CORE e a Presidência uma plataforma interinstitucional de solução de conflitos decorrentes da pandemia do coronavírus. Iniciativa pioneira que virou modelo para os demais tribunais do país.

Dr. Paulo agradeceu ao Sérgio e pontuou, apenas para complementação.

Com relação à ampliação das centrais de conciliação, é muito relevante, tem acontecido maior utilização da conciliação nas subseções e o juízes têm mencionado a dificuldade de dar conta dos trabalhos com apenas um servidor. Essa informação decorreu de questionário que foi encaminhado para as centrais. É sabido que há dificuldade com a alocação de servidores, mas imagina-se que com a possibilidade de haver disponibilidade de servidores com a otimização dos trabalhos das secretarias das varas, quem sabe as CECONs possam ser lembradas para ampliar esse serviço, cada vez mais observado e demandado, não só pela população, mas também pelo CNJ.

Importante dar ciência ainda da Resolução n.º 319 do CNJ que recomenda aos Tribunais transformar as CECONs em unidades jurisdicionais. Não há nenhum plano a respeito, mas o NUPEMEC começou a tratar disso em reunião, para começar a estudar como viabilizar o projeto. Por exemplo uma ou duas subseções com as maiores CECONs e transformá-las em unidades jurisdicionais. Há risco, mas é necessário começar a pensar a respeito, em futuro, que não próximo, mas médio, pelo menos.

Com relação aos fluxos, têm caminhado bastante bem com o apoio da AGES e da SETI.

Ressalto o trabalho do setor conduzido pela Maíra em relação aos painéis de BI, com o 1.º grau e apoio do laboratório.

Com relação ao acompanhamento dos trabalhos, temos buscando realizar reuniões periódicas, considerando medida fundamental, embora não tenha sido da forma como gostaria, mas pretendemos ampliar. Assim como ampliamos as audiências de conciliação por whatsapp, que conseguimos novas linhas para possibilitar essa realização.

Tem-se buscado constante conversa com os conselhos, caixa, fazenda, etc, para estimular, aumentar e estabelecer parâmetros claros, que possamos ser replicados em todas as subseções. A intenção é obter um padrão, aplicável em toda a Justiça Federal.

Com relação a plataforma interinstitucional, de fato um *case* de sucesso, que tem sido comentado em todos os lugares. Foi iniciado com conversas, reuniões, e muitos resultados importantes foram alcançados, inclusive evitando ações judiciais. O primeiro fluxo de trabalho de reunião das demandas e apresentação das demandas para o Gabinete da Conciliação é um hub, se tornou um hub de comunicação, não tem sistema, material, nem nada, são pessoas se reunindo para agilizar a comunicação. O primeiro fluxo foi apresentado pelo Dr. Eurico e aprimorado com o apoio de todos os órgãos envolvidos; a Dra. Raecler tem participado das reuniões o tempo todo; as reuniões são quinzenais e muitos assuntos tem sido trabalhados e solucionados com bastante presteza e eficiência.

O projeto dos requerimentos de auxílio emergencial potencializou ainda mais o trabalho da plataforma. Editada recomendação conjunta do GACO e do GABCONCI, com apoio do Dr. Nino, os processos de auxílio emergencial dos juizados, são encaminhados para a AGU que verifica e, muitas vezes, não é só a realização de acordo, mas a própria implantação do benefício, informando o reconhecimento do pedido, solucionando o processo.

Milhares de pessoas já foram beneficiadas; no pré-processual foram 4000 casos levados ao Gabinete da Conciliação, como também os processos ajuizados nos juizados e estão sendo atendidos pela plataforma, com a integração dos órgão externos e articulação entre todos os interessados e áreas internas do Tribunal.

Dr. Nino noticiou que a assinatura do convênio do CNJ com a DATAPREV, que auxiliará ainda mais os trabalhos dos juizados em relação ao auxílio emergencial, pois a DATAPREV informará os casos de possível conciliação, facilitando os trabalhos. Assim cabe sim enfatizar a importância do trabalho. Em números atuais são 26 mil processos nos juizados, sendo importante destacar o trabalho desenvolvido na 3.ª Região, o que é um impacto grande, e poderia ter sido desastroso se não tivesse sido pensado desde o início; não há reclamação nos juizados, algo que decorre dessa ação integrada que possibilitou minimizar o impacto.

Dr. Paulo consignou que a AGU informa constantemente que essas ações e desenvolvimento de plataformas foram desenvolvidos em razão das reuniões e insistência na plataforma. No início houve uma resistência, mas com o tempo todos passaram a participar, ver resultados e se engajar. E o importante é que a plataforma não precisará ficar restrita ao período da pandemia, sendo possível prosseguir esse tipo de articulação em diversas áreas. E com o incremento do pré-processual no PJe, esse procedimento será amplificado, sendo o objetivo que se pretende atingir.

Dr. Mairan parabenizou o trabalho, consignando a importância de continuarmos buscando ações que visam a redução da judicialização e ampliação da conciliação, buscando trazê-las, inclusive questões criminais.

O redimensionamento dos espaços em razão da implementação do trabalho à distância, também vale ao Gabinete da Conciliação, influenciando na gestão de pessoas e de espaço.

O Sérgio consignou adicionalmente que em relação às conciliações criminais, foi possível integrar as varas criminais no PJe, sendo possível enviar os processos criminais para a conciliação. Será realizado treinamento sobre os acordos em matéria penal, aproveitando os magistrados de Guarulhos,, pois a CECON de Guarulhos, já realiza acordo em matéria criminal.

Dr. Eurico apontou que no planejamento estratégico, umas das iniciativas, relacionada ao combate à corrupção e improbidade administrativa, o que estaria relacionado ao núcleo de ações complexas do Gabinete da Conciliação. Propõe um trabalho específico em relação as ações de improbidade. Há muitos membros do Ministério Público entusiastas no assunto; e são processos longos, de difícil solução, que se arrastam, e se insere em mais uma Meta do CNJ - a Meta 4 - assim, poderia ser feita uma ação conjunta com a resolução dessas ações, por intermédio da conciliação, através do núcleo de demandas complexas. mas isso demanda divulgação, abrindo a possibilidade, informando as varas.

Dr. Mairan consignou que há ações de improbidade que o objeto é não relevante.

O Dr. Paulo registrou que o Gabinete da Conciliação incluirá as ações de improbidade, solicitando ao Sérgio nesse sentido..

Dr. Nino, com relação às demandas de grande complexidade, consignou ação de desapropriação de reforma agrária, a maior do Brasil, que foi encaminhada para o Gabinete da Conciliação, pois teria como melhor solução a conciliação.

Maíra consignou a atualização do painel das metas em relação aos dados do 1.º grau, que está sendo validado com apoio do Dr. Saliba, e consignou os processo de Jales, que tem as ações mais antigas da meta. E assim o Dr. Mairan sugeriu a análise, junto à subseção, pelo Gabinete da Conciliação.

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, consignando a continuação das reuniões com os gestores do Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **Christiana Elinora da Costa Marchant Rios, Assessor**, em 19/01/2021, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz De Matteo, Assessor**, em 22/01/2021, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nino Oliveira Toldo, Desembargador Federal Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região**, em 22/01/2021, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sérgio Domingues, Desembargador Federal Coordenador do Gabinete da Conciliação**, em 26/01/2021, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Zecchin Maiolino, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 09/02/2021, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 21/02/2021, às 23:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 23/02/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6069903** e o código CRC **05A1C858**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO



CGER-3R COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento:	20.ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região – CGER-3R Parte III
Data:	10 de setembro de 2020
Horário:	14h45 - AGES
Local:	Sala Virtual - Teams
Pauta:	Análise das ações e projetos que visam o cumprimento das iniciativas indicadas na elaboração do Planejamento Estratégico.

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Mairan Maia	Desembargador Federal Presidente	TRF3
Eurico Zecchin Maiolino	Juiz Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Otávio Augusto Pascucci Perilo	Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região	TRF3
Jeferson Zanatta	Assessoria Executiva da Diretoria-Geral	TRF3
David Panessa Baccelli	Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação	TRF3
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente, Dr. Mairan Maia, iniciou a reunião virtual de acompanhamento do planejamento estratégico, como desdobramento da reunião de 28/8/2020 do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região, cumprimentando a todos.

Iniciada a análise do planejamento da AGES o David explanou:

- Implantação do PJe nos Juizados e Turmas Recursais.

A partir da edição da portaria que instituiu o grupo de trabalho, foram iniciadas reuniões menores, com os juizados e turmas recursais separadamente, assim o fluxo do juizado foi iniciado e o mapeamento das turmas foi concluído na semana passada.

O Dr. Paulo Cezar Neves ficou de apresentar para os juízes da turmas e na próxima semana está agendada nova reunião para finalizar o fluxo, dessa forma, em 60 dias deve estar concluído o fluxo das turmas no PJe, ou seja, 10 de novembro.

O Dr. Mairan solicitou que seja antecipado para o dia 1.º de novembro, possibilitando os testes ainda este semestre, para implantação no primeiro semestre do próximo ano.

O David considerou possível essa antecipação.

Com relação ao fluxo das subsecretarias unificadas houve o adiantamento da entrega do fluxo, que ficará pronto amanhã, assim será possível liberar dois servidores para ajudar no fluxo dos juizados.

Com relação ao fluxo da turma criminal, será revisado em razão do Habeas Corpus e deve ser concluído no próximo mês

O Dr. Mairan alertou que não podemos ter atraso, em razão da implementação das turmas unificadas previdenciárias a partir de 1º de outubro e a criminal em 1º de novembro.

O David informou que para as turmas de outubro, o fluxo será concluído amanhã, e os testes iniciados a partir de segunda-feira.

- Implantação do PJe mídias:

A liberação na base do CNJ foi concluída. Ontem, entretanto, chegou expediente no qual o CNJ informa que liberou a integração definitiva do PJe com o PJe mídias, assim a planilha será atualizada com esta nova ação.

- Automação da intimação do MPF no PJe do 2.º Grau:

Foi realizada alteração de fluxo para que as secretarias não precisem expedir cara precatória para intimar o MPF, especialmente nos agravos encaminhados ao MPF do 1º para prestar informações. O próprio MPF mudou o fluxo de trabalho, assim foi ajustado o fluxo para que a secretaria registre uma saída de tarefa, sem precisar elaborar o documento, pois próprio sistema faz.

A mesma lógica será implementada no fluxo das subsecretarias unificadas, facilitando bastante a atividade, inclusive no manuseio do lote.

Alteração já em operação.

- Revisão do fluxo cível no PJe do 1.º grau:

Tem um planejamento iniciado, mas pelas prioridades de 2.º grau e Juizados, este projeto foi "despriorizado", inclusive pelo fluxo da CPE, pois impacta no fluxo do 1.º grau.

O Davd esclareceu que o prazo de 60 dias é após a aprovação do fluxo.

- Ciração de módulo de audiências para o PJe.

Em andamento.

Atualmente para fazer uma audiência o usuário utiliza 4 telas, o trabalho é para reduzir o número de telas.

Além disso, havia um problema de registro dos dados estatísticos da audiência, que não era lançado e já foi corrigido primeiro.

- Uso de inteligência artificial para análise de prevenção no PJe:

Foi liberado para teste pela Márcia da UFOR esta semana.

Além disso, em conjunto com o laboratório, um novo trabalho de análise de prevenção será iniciado, para leitura também das peças, ou seja, além de usar os dados do processo como o primeiro aspecto de pesquisa, também a leitura da petição inicial.

O Dr. Mairan indagou sobre o funcionamento dos critérios. O David esclareceu que foi liberado para testes e não há retorno ainda de resultado, mas que para evitar problema foi feita revisão de todos os critérios de distribuição do PJe no 2.º grau, para atender tudo o que a Márcia da UFOR informou ser necessário.

O Dr. Mairan pontuou a necessidade de acompanhar, fazendo a avaliação dos critérios.

- Utilização de formulário para prestação de perícias:

Implantado. A vara seleciona um formulário específico de aposentadoria por invalidez que é utilizado pelo perito na elaboração do laudo. Os campos estão baseados em quesitos padronizados, contendo um campo livre.

A ferramenta é alocada no CNJ, assim, a intenção é que outros modelos sejam implementados para uso das secretarias.

- Mapeamento e construção de fluxo no PJe para integração do e-cartas:

Planejamento iniciado de 15 dias.

Ontem foi realizado o teste e está funcionando, no entanto, o seu uso depende de atualizar a versão do PJe para a 2.17, que foi liberada ontem pelo CNJ.

O e-carta é muito bom por evitar todo o trabalho de impressão e manuseio dos correios, pois há integração, então o próprio correio faz a impressão e geração, no retorno trazendo para o PJe o AR.

A economia do e-carta, de janeiro até setembro teria sido em torno de meio milhão no primeiro grau

A mudança será importante para as centrais de conciliação e execução fiscal.

O Dr. Mairan solicitou que o projeto seja agilizado para gerar a economia no próximo ano, considerando a restrição que deve ser enfrentada.

- Expansão de cadastro de órgãos públicos como procuradorias no sistema PJe:

Visando facilitar a intimação pelas unidades, a AGES busca contato com as prefeituras para cadastro, buscando a intimação via sistema.

É um trabalho de grande impacto na prática, e eficaz para o processamento dos feitos.

- Desenvolvimento de Módulo de RPV/Precatório no PJe:

O módulo foi desenvolvido pelo TRF5, mas não foi aprovado pelo TRF3, com defeitos apontados há cerca de 1 mês, aguardando retorno.

O Dr. Eurico registrou ser uma das condições para a migração do Juizado para o PJe, e assim consultou o David sobre o prazo.

Foi esclarecido que se não tiver retorno do TRF5, já houve alinhamento com a equipe para que o próprio Tribunal faça os ajustes.

- Comunicação de decisões utilizando software de e-mails no PJe:

Não há hoje uma comunicação por e-mail dentro do sistema, como havia no GEDPRO. Está em testes no PJe uma funcionalidade, neste momento em testes de execução com o envio de e-mail para usuários externos.

- Serviços de mensagem para intimações, como por exemplo o whatsapp.

O problema do whatsapp se refere à política do facebook, tanto que o JEF enfrentou problema com isso e precisou tirar a rotina de intimação. Uma alternativa seria o telegram, que não tem as restrições do whatsapp, mas também tem o problema de pouca adesão, assim, a expectativa é prosseguir com o whatsapp. A Seção Judiciária de São Paulo tem mantido tratativas com o facebook, o que vem sendo acompanhado pela AGES.

A Maíra registrou que, em decorrência do acordo de cooperação para inovação, com a DATAPREV, estão trabalhando no desenvolvimento de um aplicativo para consultar o processo, enviar documentos, realizar intimações que será acoplado ao PJe. Embora o projeto do laboratório esteja sendo prototipado com o juizado, servirá para toda a justiça. O Dr. Eurico acrescentou que o projeto não gera nenhum custo para o Tribunal, havendo as contrapartidas do próprio acordo de cooperação, mas sem gasto. Neste momento estamos aguardando a DATAPREV enviar o contrato.

O Dr. Mairan ponderou que seria importante o aplicativo ser no PJe, para evitar que a pessoa tenha dois aplicativos.

- Ações favoráveis à virtualização dos processos.

Os processos digitalizados no Tribunal precisam ser cadastrados no PJe do 1.º grau. A equipe da AGES faz esses cadastros e gera as listas para ciência das varas.

- Integração com a Receita Federal para cumprimento de decisões

Projeto iniciado em janeiro e concluído agora. Pendente Mato Grosso do Sul, que não definiu se adotará a mesma forma de trabalho de São Paulo. Há feedback positivo da central de mandados de SP em relação a redução da expedição de mandados para a receita, em toro de 90%

- Painel do secretário da sessão no PJe:

O painel foi entregue e algumas funcionalidades estão sendo atualizadas. O formato de desenvolvimento do painel do usuário possibilita a atualização sem a necessidade de retirar o sistema do ar.

- Reconstrução de fluxo da Vice-Presidência

O fluxo da Vice-Presidência é de 2014. Foram feitos ajustes, mas não revisão completa. Em reunião no início do ano, a vice-presidência ficou de mapear o fluxo para que a AGES possa ter a base de trabalho para a revisão, o que não foi entregue ainda. O Dr. Mairan determinou o envio de e-mail para notificar a Vice-Presidência, evitando a cobrança de que o problema está com a AGES.

- Integração com o STF e o STJ

Em relação ao STF a integração está sendo realizada por eles, mas exige ajustes constantes de fluxo para os testes. É um projeto interessante, pois a partir de uma movimentação processual específica eles fazem o rastreamento do processo dentro do órgão de admissibilidade. Utilizarão um editor próprio para facilitar o julgamento no STF. Estava prevista a conclusão do projeto para outubro.

No caso do STJ a integração foi finalizada. O servidor apenas digita o número do processo no sistema do STJ e ele captura todas as peças processuais dentro do PJe.

A única integração que ficará faltando é com a TNU.

- Aplicação de nova funcionalidade no controle de sobrestamento de processos, com integração ao sistema de gerenciamento de precedentes do CNJ:

Cobrança recebida no relatório de inspeção do CNJ. Não havia uma forma eficaz de fazer o gerenciamento de precedentes dentro do sistema. Foi realizado um ajuste no fluxo da Vice-Presidência e agora com a subsecretaria unificada uma nova modificação de fluxo foi inserida para que seja inserido o tema de forma estruturada.

A Maíra registrou que essa modificação decorre do fato de hoje não termos no PJe como identificar o tema do processo de forma efetiva. E o Dr. Mairan pontuou a importância por se tratar de assunto da estatística, relacionada às metas do CNJ, devendo ser tratada com mais dedicação.

- Soluções alternativas de conflito, com o aprimoramento dos fluxos de audiência de conciliação

Será realizada reunião no próximo dia 16 com a equipe da conciliação para identificar o que precisa ser melhorado.

- Fluxo pré-processual

Foi concluído e liberado o fluxo, em razão das demandas da Covid-19. E nessa oportunidade a atermação online do JEF foi adaptada para gerar um processo no fluxo pré-processual, com isso, todo o caminho de entrada de processos pela atermação online do JEF está construída, restando apenas a adaptação do formulário.

- Implantação da CERCON de Mato Grosso do Sul. Concluída.

- Reduzir casos de prescrição dos feitos criminais:

Há no sistema o desenvolvimento de um formulário de prescrição, que será criado dentro do PJe, podendo ser gerado a qualquer tempo do fluxo processual, para atualização pela vara. A 4.ª Vara Criminal fez um mapeamento e enviou para a AGES que precisa avaliar e dar continuidade ao desenvolvimento do formulário.

- Remessa de processos criminais para a central de conciliação. Foi concluída a alteração do fluxo possibilitando a remessa.

- Desenvolvimento de nova ferramenta para o cadastro de bens apreendidos:

Atualmente é utilizado o cadastro do Mumps, que foi adaptado para atender de forma provisória o PJe. O projeto não está priorizado no momento.

O Dr. Mairan determinou que o assunto seja tratado com a Dra. Raecler e o Dr. Márcio, que estão desenvolvendo um trabalho

com a destinação de bens apreendidos, principalmente nas varas criminais. Sendo importante que o desenvolvimento seja em consonância com o trabalho da comissão.

- Integração do PJe com o sistema e-Pol da Polícia Federal:

Aguardando retorno da Polícia Federal.

- Impulso às execuções fiscais:

É possível otimizar o fluxo PSE das execuções fiscais, isso porque ele foi desenvolvido com a realidade do processo físico, como uma forma de implantar o PJe na execução fiscal.

O Dr. Eurico consultou se o fluxo tem relação com o que foi apresentado pelo CNJ, registrando que teve a . O David informou que não chegaram a ver ainda o fluxo do CNJ, mas talvez valha fazer a análise e confronto dos fluxos, adotando as melhorias.

O dr. Mairan ponderou ainda a importância de evitar fazer algo que está pronto.

- Integração do PJe com o BACENJUD

Os testes foram realizados pela 2.ª e 6.ª varas de São Paulo. Foram apontados dois erros, que submetidos ao CNJ para correção, retornou com a informação de que estão trocando o BACENJUD pelo SISBAJUD, mas sem perder o que foi desenvolvido. Neste momento estão em testes a integração com o SISBAJUD. A expectativa é que com 48h de testes, em uma semana a integração estará pronta.

O Dr. Mairan solicitou cautela no fluxos em relação ao acesso da informação, zelando pelo critério segurança. A Maira consignou que, inclusive, nas integrações com outros órgãos. O David esclareceu que em relação aos fluxos o acesso é restrito ao perfil de administrador, no qual também está vinculado o peso de distribuição, então é um perfil de poucos acessos.

O Dr. Mairan consignou a importância de treinamento acerca das funcionalidades e modificações implementadas.

O David esclareceu que as ações de treinamento são constantes, inclusive com o início de curso dos desembargadores. E consignou que o teams foi uma ferramenta que facilitou os treinamentos.

O Dr. Mairan registrou que nas reuniões de outubro de gestores o David será incluído para atualizar o andamento das ações.

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **David Panessa Baccelli, Assessor de Gestão de Sistemas da Informação**, em 27/01/2021, às 20:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Pascucci Perillo, Diretor-Geral**, em 08/02/2021, às 21:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Zecchin Maiolino, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 09/02/2021, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Zanatta, Assessor Executivo da Diretoria-Geral**, em 10/02/2021, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maira Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 21/02/2021, às 23:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 23/02/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6088717** e o código CRC **D1645179**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO



CGER-3R COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento:	20.ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região – CGER-3R Parte III
Data:	10 de setembro de 2020
Horário:	15h30 - SEGE
Local:	Sala Virtual - Teams
Pauta:	Análise das ações e projetos que visam o cumprimento das iniciativas indicadas na elaboração do Planejamento Estratégico.

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Mairan Maia	Desembargador Federal Presidente	TRF3
Eurico Zecchin Maiolino	Juiz Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Otávio Augusto Pascucci Perilo	Diretor-Geral	TRF3
Jeferson Zanatta	Assessoria Executiva da Diretoria-Geral	TRF3
Marisol Ávila Ribeiro	Secretaria de Gestão de Pessoas	TRF3
Marcos Vinícios Carvalho Dias	Subsecretaria do Pró-Social, Benefícios e Assistência à Saúde	TRF3
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente, Dr. Mairan Maia, iniciou a reunião virtual de acompanhamento do planejamento estratégico, como desdobramento da reunião de 28/8/2020 do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região, cumprimentando a todos.

Iniciada a análise do planejamento da SEGE a Marisol registrou que as ações e projetos da SEGE estão divididas entre a área médica e a capacitação.

I - Ações da área médica (UBAS/DSAU):

- lotação de pessoas com deficiência:

No ano de 2019 houve uma situação bastante complicada com a lotação de uma estagiária cega e a SEGE se deparou com dificuldade e falta de receptividade dos setores em receber pessoas com deficiência, por falta de preparação ou equipamentos adequados.

Não é um projeto, mas um atividade contínua, pois é uma ação que já vem sendo realizada com servidores ingressos pela cota.

Necessidade de cada vez mais se especializar nessa questão do deficiente para possibilitar melhores condições de trabalho, sendo uma iniciativa pela área médica em conjunto com a área de lotação e de estágio.

O Dr. Mairan consultou se há algum programa destinado a pessoas com deficiência auditiva, propondo traçar um plano para esse tipo de deficiência, pois muitas vezes não é considerada suficientemente.

A Maíra registrou a reunião da comissão de acessibilidade, em que o assunto foi tratado, para estudar em conjunto com a SEGE, para criar uma política de lotação para envolver capacitação e conscientização do gestor.

A Célia atua na comissão, assim como o José Roberto.

O Dr. Hélio propôs o estudo pela comissão.

O Dr. Eurico consignou que a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, o Secretário Cid Toquato é muito ativo; eles tem monitoramento, ações de acessibilidade, inclusive digital e estão sempre disponíveis para projetos nesse sentido, sendo importante o contato com a secretaria. A Marisol informou que já realizamos capacitações com a referida secretaria.

- exames médicos periódicos:

Foram realizadas reuniões com a ALIC para identificar o melhor modelo, em razão de licitações desertas e outras em que a empresa não demonstrou capacidade técnica para realização do exame.

- controle do absenteísmo

É um indicador que também está no planejamento estratégico da Justiça Federal. Embora com algumas diferenças no cálculo do indicador, a SEGE faz o levantamento, inclusive consta do relatório de gestão com análise anual.

Recentemente em trabalho com a Dra. Raecler foi realizado o levantamento desse controle, como uma ação contínua.

O Dr. Mairan pontuou que o levantamento realizado ainda não respondeu aos questionamentos, indagando qual a dificuldade em relação a isso. Outro ponto relevante o número de licenças por longo período, concessões de forma indiscriminada. Nesse aspecto, foi tratado com o Marcos para alterar as licenças superiores a 30 dias, que devem ser passadas por uma comissão. Entretanto, foi esclarecido que as licenças acima de 30 dias, obrigatoriamente, tem que sujeitar-se à junta médica. (art. 4º da Resolução n.º 298/2007).

Elaborar um programa para redução em pelo menos 30% dos casos de absenteísmo deste ano em relação a 2021, e mais 20% para 2022.

Assim, em primeiro lugar é necessário que se tenha uma resposta aos questionamentos realizados, assim, na próxima reunião de gestores ter respostas aos questionamentos.

Para o planejamento estratégico vamos controlar, mas também reduzir o percentual da taxa de absenteísmo.

E também a instauração de procedimento contra aqueles que usam de má-fé.

Melhorar as normas em relação a este tema.

A Marisol consignou que este ano pode ser que tenhamos um viés das licenças em razão da pandemia em relação ao absenteísmo, mas é necessário ter o parâmetro para possibilitar a comparação.

O Dr. Mairan registrou que o setor competente não presta informações e não dá os parâmetros.

A Maíra consignou que o indicador deve ser conforme estabelecido pelo CNJ no planejamento nacional, previsto na Resolução CNJ n.º 325 deste ano.

- Realização de censo para conhecer a situação de saúde atual:

Levantamento solicitado pelo Dr. Mairan ao Dr. Guilherme e o Dr. Soul. embora tenha ficado um pouco prejudicado o levantamento em razão da pandemia, já foi solicitado ao José Roberto para auxiliar no uso da ferramenta que será utilizada para fazer o levantamento.

O Dr. Mairan determinou a definição de uma data para a apresentação e outra para a implantação do projeto.

A Maíra consultou se o senso é uma coleta de dados.

A Marisol informou que sim e, a partir dos dados, seria possível a realização de programas dentro da área médica.

E assim a Maíra colocou à disposição a ADEG, o Núcleo de Projetos e o Grupo iNovaTRF3 para auxiliar no desenvolvimento de painel para a gestão dos dados coletados.

- Campanhas de promoção da saúde:

Houve uma intensificação das campanhas em razão da Covid-19, mas outros temas são abordados e periódicos.

- Acompanhamento de servidores com doenças crônicas:

É realizado levantamento daqueles com maior incidência, que são acompanhados de forma contínua, tanto médico, quanto psicológico.

- Vacinação:

Há campanhas anuais, como um calendário, sem deixar de incluir aquelas que decorrem de surtos.

- Consultas médicas:

Proposta de agenda específica para doenças mais frequentes.

II - Ações da área de treinamento e desenvolvimento:

- Pesquisa de clima organizacional

A pesquisa sempre foi realizada sob coordenação do CJF, como um indicador do planejamento estratégico. Mas desde 2018 a orientação da ADEG tem sido para a realização de uma pesquisa, independentemente do conselho. Em razão da pandemia a pesquisa deste ano foi prorrogada, até em razão da pesquisa do teletrabalho.

A Maíra informou que não há nada específico sobre a pesquisa de clima e neste momento, com a mudança do planejamento ainda não há diretrizes sobre a pesquisa.

- Capacitação:

Houve grande investimento em capacitações EAD.

O Dr. Mairan consultou se os servidores que participam dos cursos em EAD, alguns pagos e caros, é exigida avaliação ou retorno dos servidores. A Marisol esclareceu que são realizadas avaliações de expectativa dentro do curso e também é realizada uma avaliação de resultado, para saber se a capacitação ajudou e auxiliou no desenvolvimento das atividades.

O servidor hoje ao se inscrever sabe o custo da capacitação e se ele não concluir, ele tem que ressarcir o erário.

O Dr. Eurico consultou como são contratações dos cursos EAD.

A Marisol esclareceu que há uma parceria grande com as seções. Se for EAD ocorre o compartilhamento. Se houver vagas, sempre há divisão das vagas entre o Tribunal e as Seções, inclusive no presencial.

As áreas de capacitação se reúnem para compartilhar e otimizar as programações.

Há acordo de cooperação com outros órgãos também para a realização de cursos EAD.

Em cursos com tutoria, normalmente é dada preferência para servidores serem instrutores.

A publicação anual da programação de cursos e alguns cursos específicos estão relacionados dentro do eixo da governança, por fazerem parte do planejamento estratégico: (i) comunicação eficaz; (ii) educação ambiental; e (iii) improbidade administrativa, relacionada à meta nacional.

- Revisão da força de trabalho.

A SEGE trabalha em conjunto com a ADEG, servindo como apoio, mas pretende atuar de forma mais pontual em relação ao tema, especialmente em como a estrutura ficará após a pandemia.

- Reformulação dos controles dos quadros de vagas

Hoje há muita dificuldade em relação a forma como o controle é feito e está sendo trabalho junto à SETI, como uma forma de facilitar a leitura do quadro das unidades, sem inserir as travas atuais de uma estrutura fixa e por cargo. A intenção é modernizar o controle e facilitar as áreas técnicas que fazem os ajustes dos quadros.

O projeto está em andamento, e dependendo também da SETI em razão dos parâmetros do sistema.

- Revisão da resolução do teletrabalho: Concluída.

A Maíra registrou ao final que algumas das ações são contínuas, em termos de projetos temos: a lotação de estagiários e servidores com deficiência; o exame periódico; o controle de absenteísmo; e o censo. Assim, as campanhas da área da saúde e de vacinação, os atendimentos da área médica e capacitações, são ações contínuas de governança do órgão.

O Dr. Mairan consignou, ainda, que quanto aos projetos é importante registrar no sistema de projetos.

A Maíra reafirmou o apoio da ADEG e do Núcleo de Projetos para auxiliar no registro dos projetos, elaboração da FIP, cadastro no portal e gestão e acompanhamento no que for preciso.

A Marisol consultou se dentro da planilha caberia essa identificação de projetos e ações contínuas. A Maíra esclareceu que caberá a reformulação sim das planilhas, e que as reuniões possibilitam essa identificação, assim, a ADEG fará o ajuste.

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Marisol Ávila Ribeiro, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas**, em 19/01/2021, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Zanatta, Assessor Executivo da Diretoria-Geral**, em 22/01/2021, às 06:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinícios Carvalho Dias, Diretor da Subsecretaria do Pró-Social, Benefícios e Assistência à Saúde**, em 22/01/2021, às 14:54, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.
Nº de Série do Certificado: 1287492945231505011



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Pascucci Perillo, Diretor-Geral**, em 22/01/2021, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Zecchin Maiolino, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 24/01/2021, às 13:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 03/02/2021, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 23/02/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6391273** e o código CRC **FBF14BE3**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO



CGER-3R COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento:	20.ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região – CGER-3R Parte III
Data:	10 de setembro de 2020
Horário:	16h15 - SEJU
Local:	Sala Virtual - Teams
Pauta:	Análise das ações e projetos que visam o cumprimento das iniciativas indicadas na elaboração do Planejamento Estratégico.

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Mairan Maia	Desembargador Federal Presidente	TRF3
Eurico Zecchin Maiolino	Juiz Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Otávio Augusto Pascucci Perilo	Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região	TRF3
Jeferson Zanatta	Assessoria Executiva da Diretoria-Geral	TRF3
Alexandre do Nascimento da Silva	Secretaria Judiciária	TRF3
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente, Dr. Mairan Maia, iniciou a reunião virtual de acompanhamento do planejamento estratégico, como desdobramento da reunião de 28/8/2020 do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região, cumprimentando a todos.

Iniciada a análise do planejamento da SEJU o Alexandre explanou:

- Digitalização do acervo de processos físicos:

O projeto em execução refere-se aos processos da competência delegada e dos criminais e está em andamento. Foi encerrada a digitalização do acervo da Vice-Presidência e do Gabinete do Desembargador Maurício Kato e uma parte dos gabinetes do Dr. Nino Toldo, Dr. Fausto de Sanctis e Dr. Paulo Fontes, bem como das subsecretarias já está com a empresa.

A SADI teve reunião com a empresa para tratar do incremento da produção, possibilitando a melhoria da performance e conclusão do projeto.

Está sob análise, ainda, a proposta de indexação dos feitos do PJe, pois hoje a empresa só faz a indexação dos processos físicos que são remetidos ao STJ.

- Unificação das subsecretarias:

A primeira etapa foi concluída com a criação de três subsecretarias unificadas, cujas resoluções foram publicadas.

O Dr. Mairan informou solicitou aos desembargadores as indicações e a SEGE encaminhou uma planilha esta semana para a realização das indicações pelas subsecretarias e gabinetes.

Também nos reunimos, Maíra, eu e David, para tratar do fluxo do PJe dessas novas subsecretarias, para refinar as atribuições.

- Revisão da estrutura da SEJU:

Na seção de cálculos há dois servidores atualmente, assim a intenção é colocar mais um servidor, retirando a função comissionada do núcleo de som.

Com relação ao GMF o Dr. André Nekatchalow conversou recentemente sobre a estrutura, pois inicialmente um servidor parecia suficiente, só que a demanda tem aumentado, com novas questões trazidas pelo próprio CNJ, assim, a intenção é treinar mais uma servidora da própria SEJU para trabalhar nas demandas do GMF.

O Dr. Mairan pontuou, a respeito da contadoria, que talvez seja o caso de uso de software, e o Dr. Eurico pode auxiliar nesse aspecto em razão do projeto implantado no juizado. O Alexandre consignou que os servidores utilizam planilha e o sistema de cálculo do TRF1, mas que há interesse sim e verificar o sistema e conversará com o Dr. Eurico. E registrou que o grande problema do setor de cálculo é a especialidade do trabalho, encontrar um servidor e capacitar para atividade.

O Alexandre apontou maior preocupação com a RINV, que faz todo o trabalho de recebimento dos feitos da Vice-Presidência que seguem para o STJ. No primeiro momento é realizado uma triagem, pois para remeter não pode ter nenhum problema, e em muitos casos o processo chega a voltar para a vice ou mesmo para a turma.

Hoje com a pandemia, o número de processos para remessa é grande, sobretudo em razão da priorização do PJe. Demanda que precisa ser vencida.

O setor tinha quatro servidores, uma aposentou-se em abril, e agora conta com três servidores antigos, motivo que gera preocupação. Assim consultou se seria possível um servidor que sairá da subsecretaria, em razão da unificação, ir para a SEJU. O Dr. Mairan pontuou que neste momento não será possível atender, mas a resolução prevê a revisão da força de trabalho, oportunidade em que talvez seja possível identificar junto a gabinete ou turma a possibilidade de um servidor ir para a SEJU.

A Maíra consultou o Alexandre sobre a melhoria do trabalho com a integração com o STJ, pois talvez a saída para a redução da força de trabalho seja a busca por ferramentas que auxiliem na indexação das peças no envio para o STJ. Isso porque, segundo informou o David, com a integração o servidor informa o número do processo e o sistema carrega todas as peças.

O Alexandre esclareceu que o problema está nos processos híbridos (digitalizados), isso porque o nome da peça não está de acordo com a classificação exigida no sistema do STJ. Assim o recurso que está nomeado genericamente como petição, precisa ser renomeado antes do envio.

Além disso, há dados que precisam ser inseridos manualmente. A integração melhorou sim, mas não automatizou totalmente, exige do servidor a correção do documento, indexando para o tipo correto, bem como complementar informações no cadastro do processo, que não vêm automática na autuação.

O Alexandre consignou que, se no contrato da DocPrint, for possível incluir a indexação do PJe, o processo de trabalho tende a melhorar, mas de toda forma o quadro de servidores precisa ter atenção, pois tem mais uma servidora já em tempo de aposentadoria.

O Dr. Mairan solicitou a atualização do cronograma da digitalização, em razão da reunião com a empresa DocPrint, que deve ter data para acabar.

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre do Nascimento da Silva, Diretor da Secretaria Judiciária**, em 22/01/2021, às 18:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Pascucci Perillo, Diretor-Geral**, em 08/02/2021, às 21:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Zecchin Maiolino, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 09/02/2021, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Zanatta, Assessor Executivo da Diretoria-Geral**, em 10/02/2021, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 21/02/2021, às 23:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 23/02/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6391274** e o código CRC **B677E442**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO



CGER-3R COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento:	20.ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região – CGER-3R Parte III
Data:	10 de setembro de 2020
Horário:	17h00 - SADI
Local:	Sala Virtual - Teams
Pauta:	Análise das ações e projetos que visam o cumprimento das iniciativas indicadas na elaboração do Planejamento Estratégico.

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Mairan Maia	Desembargador Federal Presidente	TRF3
Eurico Zecchin Maiolino	Juiz Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Otávio Augusto Pascucci Perilo	Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região	TRF3
Jeferson Zanatta	Assessoria Executiva da Diretoria-Geral	TRF3
Wesley dos Santos	Secretaria da Administração	TRF3
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente, Dr. Mairan Maia, iniciou a reunião virtual de acompanhamento do planejamento estratégico, como desdobramento da reunião de 28/8/2020 do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região, cumprimentando a todos.

Iniciada a análise do planejamento da SADI o Wesley explanou:

- Reduzir os prazos das licitações e diminuir o percentual de licitações anuladas ou revogadas:

No início do ano o Tribunal estava realizando a migração do sistema do Banco do Brasil para o Compras Net e hoje todas as licitações são realizadas pelo novo sistema, o que ajuda em razão da unificação das referências de material e serviços, pois são especificadas e validadas pelo portal e pela AGU, facilitando a pesquisa de preços.

Assim, nesse aspecto o projeto foi concluído.

O Dr. Mairan pontuou que a diminuição das licitações revogadas e anuladas envolve o levantamento do ano passado e deste ano, comparando-os, incluindo as causas de revogação e anulação.

Assim, solicitou a elaboração de um projeto que demonstre o cronograma de cada tipo de licitação, um cronograma básico, padrão, que servirá de comparativo com os processos licitatórios executados.

O Wesley consignou que no ano passado foi realizado no bizaqi um fluxo completo da licitação, mas como houve alteração normativa, sendo necessário atualizar e então a partir do fluxo será possível definir um cronograma padrão.

O Dr. Mairan solicitou a apresentação na próxima reunião de gestores.

- Verificação do impacto no custo e na prestação dos serviços, decorrente da implantação de medidas de reavaliação de processos de trabalho, racionalização, contenção e supressão de despesas:

Com a crescente virtualização dos processos administrativos e judiciais, desde o ano passado, algumas unidades vinculadas à

SADI começaram a perder a relevância, assim, no início da gestão, realizamos uma revisão dos processos de trabalho, extinguindo a secretaria de serviços gerais, pois havia uma divisão anacrônica, pois enquanto havia uma subsecretaria que fazia a compra de materiais, a outra fazia a contratação de serviços, sendo que tudo é aquisição e no decorrer do tempo, os contratos de serviços têm o material embutido na contratação do serviço.

Assim, a reestruturação realizada, otimizou o fluxo de trabalho, sem o incremento de funções e cargos.

- Execução e acompanhamento do plano de obras:

O Dr. Mairan solicitou a análise do plano de obras em reunião específica para analisar detalhadamente cada projeto.

- Redução das despesas discricionárias de manutenção da máquina administrativa, possibilitando o incremento da aplicação em investimentos e projetos prioritários:

A SADI disponibilizou recursos para outras atividades, como a SETI, bem como realizou aquisições que não estavam no PAC, mas foram incrementadas para o retorno seguro ao trabalho.

- Reengenharia dos espaços do Tribunal:

Projeto em execução, com a previsão de conclusão em abril.

O Dr. Mairan solicitou que o prazo seja reduzido.

O Wesley informou que a equipe é muito grande e os esforços estão sendo realizados para a execução do projeto dentro do prazo, mas a engenharia, talvez por inexperiência, de forma geral da secretaria, acabou por inserir no plano de obras, projetos além da capacidade de execução.

O Dr. Mairan informou que compreende e por isso solicitou a reunião específica do plano de obras, para que seja possível avaliar e evitar que isso ocorra novamente, para não sobrecarregar indevidamente os servidores.

A reengenharia se enquadra em três pontos do planejamento estratégico, otimizando a utilização de espaços e liberação de imóveis alugados, concentrar áreas administrativas essenciais e concentrar as sessões de turmas e seções em três plenários.

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Dos Santos, Diretor da Secretaria da Administração**, em 18/01/2021, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Zanatta, Assessor Executivo da Diretoria-Geral**, em 19/01/2021, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Pascucci Perillo, Diretor-Geral**, em 19/01/2021, às 11:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Zecchin Maiolino, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 21/01/2021, às 20:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 03/02/2021, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 23/02/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6391275** e o código CRC **82804061**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO



CGER-3R COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento:	20.ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região – CGER-3R Parte III
Data:	10 de setembro de 2020
Horário:	14h45 - ACOM
Local:	Sala Virtual - Teams
Pauta:	Análise das ações e projetos que visam o cumprimento das iniciativas indicadas na elaboração do Planejamento Estratégico.

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Mairan Maia	Desembargador Federal Presidente	TRF3
Eurico Zecchin Maiolino	Juiz Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Otávio Augusto Pascucci Perilo	Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região	TRF3
Jeferson Zanatta	Assessoria Executiva da Diretoria-Geral	TRF3
Caio Amaral da Costa Carvalho	Assessoria de Comunicação	TRF3
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente, Dr. Mairan Maia, iniciou a reunião virtual de acompanhamento do planejamento estratégico, como desdobramento da reunião de 28/8/2020 do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região, cumprimentando a todos.

Iniciada a análise do planejamento da ACOM, registrou o Caio que são projetos da ADEG com atuação da Assessoria.

A Carta de Serviços está em execução em conjunto com o NUCS. A ACOM está aguardando as áreas para realizar a revisão final do conteúdo.

A página das metas foi atualizada.

A campanha de divulgação da gestão de projetos, realizada em conjunto com o NUCS foi concluída, com a inclusão de banner na intranet.

O projeto das publicações unificadas -- ACOM, ADEG e Pró-Social -- concluído, saíram duas edições e finalmente com a parte do Pró-social integrando a publicação e concluindo o projeto.

O Dr. Mairan consultou sobre o retorno da publicação unificada, se foi positivo.

O Caio informou que foi bastante positivo, pois melhorou muito as publicações. E acaba atraindo o público para o todo e com foco nos projetos internos da administração.

Em seguida o Caio explanou sobre as mudanças da ACOM, que passou a ter em suas publicações um foco mais institucional. Houve mudança no foco do instagram, divulgando assuntos institucionais, decisões, projetos e ações.

E uso do twitter, canal direto com os jornalistas, que passou a ser utilizado.

Não se trata de um projeto, mas apenas de reformulação e novas maneiras de usar do uso das ferramentas que já existiam e uso de novas que não eram utilizadas.

A mudança é vista com o aumento da presença do Tribunal na imprensa, que é um ganho importante e resultado dessa nova forma de utilização das ferramentas.

O Dr. Mairan informou que tem visto o instagram e ponderou ser importante diversificar e aumentar o número de publicações. Quanto ao facebook não vê necessidade.

O Caio no mesmo sentido informou que não há razão para criação de um facebook.

Sobre o facebook, a Maíra aproveitou para consultar sobre expediente recebido na ADEG, vindo da Coordenadoria dos Juizados, considerando a presença do Caio, pois essas ações da comunicação devem ser contínuas porque estão relacionadas à governança do órgão, sobre a comunicação de projetos, metas, planejamento, etc. E o JEF trouxe uma demanda para criação de facebook. E nesse âmbito, também a Seção Judiciária de São Paulo

O Dr. Mairan pontou que o problema não é apenas criar, mas atenção ao conteúdo, para que não seja negativo. O facebook está em declínio, as críticas, utilização comercial, vinculação, registro; se fosse há cinco anos atrás poderia ser realizado de forma planejada, mas não podemos ficar diversificando e ter um facebook de cada órgão.

O JEF não tem assessoria de imprensa, quem teria a responsabilidade por isso. Deslocar um servidor da atividade fim ou meio para cuidar da página do facebook, pois tem uma função quase que horária, publicar e responder mensagens.

Considerando a manifestação contrária à criação do facebook para o tribunal pelo Assessor de Comunicação, não é possível concordar com a criação para o JEF ou a Seção Judiciária. Se fosse o caso de criar, seria um único do Tribunal com conteúdo dos demais.

Devemos investir na modernização da página, na facilitação de acesso, tornando ela mais compreensível e mais usável.

O Caio ponderou que criar uma página no facebook não é fácil, pois não é simples conseguir público. Mesmo o instagram, o Tribunal tinha cerca de 1000 seguidores, passou a 3000, teve um bom crescimento, mas ainda assim demora.

A Maira informou que mesmo em relação ao instagram temos o da EMAG, da Conciliação, o Juizado também está querendo criar.

O Caio ponderou que criar não é o problema, a questão é o resultado. Não é possível administrar conteúdos para vários canais.

O Dr. Mairan pediu para o Caio entrar em contato com a conciliação, com o juizado e com o 1.º grau, para que as notícias sejam divulgadas no instagram do Tribunal, sem criar outras contas.

O Otávio informou que consultou e tem também a conta de Mato Grosso do Sul.

Com relação à EMAG o Caio ponderou não ser contra, pois o conteúdo é outro e o público específico, agora com relação ao JEF, se tem uma ação que quer divulgação, melhor concentrar na ACOM.

No caso da conciliação o Dr. Mairan pediu para o Caio entrar em contato com o Dr. Paulo para tratar do assunto, pois a conciliação é um órgão do Tribunal e não faz sentido criar um instagram próprio.

No caso das seções judiciárias, se já criaram, não será determinada a exclusão.

O Caio registrou que é interessante, pois haverá mais notícia para publicar, ter mais fontes de notícia, isso não é um problema.

O Dr. Mairan consignou que o JEF não deverá criar contas.

A Maíra fará uma informação no expediente para que a ACOM apresente a sua manifestação para que o retorno seja dado ao Desembargador Coordenador dos Juizados.

O Dr. Mairan consignou, ainda, a necessidade de rever a forma de noticiar o clipping, para que, havendo notícia não tão favorável na imprensa, que seja consultado o noticiado para esclarecer.

O Caio informou que no caso específico, não houve ataque à decisão ou à notícia, a questão foi não estar descrevendo a decisão com precisão, o que foge às possibilidades da ACOM. No caso concreto, inclusive, a decisão não havia sido publicada quando saiu a notícia. De toda forma, já foi ajustado o processo de trabalho para que as notícias do clipping sejam analisadas quando for mais crítico, agressivo ou fora do padrão, será tomado um cuidado extra e consulta ao gabinete. Mas não poderá ser um padrão, e certamente não evitará totalmente, até sob pena de a produção do periódico ficar prejudicada se cada notícias tiver que consultar o magistrado.

O clipping tem a finalidade de reportar as publicações, não se trata apenas de boas notícias.

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Caio Amaral da Costa Carvalho, Assessor de Comunicação Social**, em 22/01/2021, às 13:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Pascucci Perillo, Diretor-Geral**, em 08/02/2021, às 21:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Zecchin Maiolino, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 09/02/2021, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Zanatta, Assessor Executivo da Diretoria-Geral**, em 10/02/2021, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 21/02/2021, às 23:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 23/02/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6122467** e o código CRC **046BE6EA**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO



CGER-3R COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento:	20.ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região – CGER-3R Parte III
Data:	10 de setembro de 2020
Horário:	15h30 - SETI
Local:	Sala Virtual - Teams
Pauta:	Análise das ações e projetos que visam o cumprimento das iniciativas indicadas na elaboração do Planejamento Estratégico.

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Mairan Maia	Desembargador Federal Presidente	TRF3
Eurico Zecchin Maiolino	Juiz Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Otávio Augusto Pascucci Perilo	Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região	TRF3
Jeferson Zanatta	Assessoria Executiva da Diretoria-Geral	TRF3
Daniel Henrique Guimarães	Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente, Dr. Mairan Maia, iniciou a reunião virtual de acompanhamento do planejamento estratégico, como desdobramento da reunião de 28/8/2020 do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região, cumprimentando a todos.

Iniciada a análise do planejamento da SETI, explanou o Daniel:

Começando pelos índices que visam assegurar a efetividade dos serviços de TI:

1. Índice de satisfação dos clientes internos, na dimensão equipamentos.

O call center possibilita aos usuários responder se estão satisfeitos com os equipamentos e anualmente essa medida é realizada.

2. Índice de satisfação dos clientes externos, nas dimensões atendimento e sistema.

No caso do PJe os usuários externos conseguem abrir chamados sobre o sistema, possibilitando a medição; o SisJEF, por outro lado, não tem esta ferramenta, porém, em uma das contratações de 2020, teremos suporte para a ferramenta OTRS e poderemos otimizar para os usuários do JEF poderem se manifestar.

Em relação às iniciativas de governança de TI:

1. iGovTIC:

Visa a avaliação dos processos de trabalho da TI e governança, que está um pouco carente, mas melhorias já vêm sendo tratadas com a Comissão de Informática e foi elaborado um plano de trabalho de 18 meses para implementação de mudanças de processos de trabalho da SETI.

2. Índice de execução do plano anual de capacitação:

Em razão da pandemia, não houve cenário para a realização de treinamentos, por isso não foram contratados e adiados para

2021.

3. Índice da execução do plano orçamentário de TI:

Este é um dado que é consolidado ao final da execução do plano de contratação

4. Índice de execução do plano de contratação de TI:

Este índice refere-se essencialmente ao desenvolvimento de software, mas carece de uma política de desenvolvimento de software colaborativa, com o trabalho do tribunal e das seções judiciárias, para definição de diretrizes para o desenvolvimento.

É necessária uma regra, para evitar problemas enfrentados com os laboratórios, possibilitando que o desenvolvimento do protótipo seja aderente aos sistemas da SETI.

Com relação à assegurar a atuação sistêmica da TI:

1. Índice de sistemas de informações:

Está inserido no iGov, instituído pelo CJF, sendo atualizado anualmente e será consolidado no final do ano.

2. Índice de sistemas judiciais aderentes ao MNI:

Vem sendo executado em relação ao PJe e o JEF. Há questões de integração do PJe para concluir; são ações de desenvolvimento da TI, mas coordenação da AGES.

Ações em Tecnologia da Informação e Comunicação:

- migração do sistema SisJEF para o PJe, está em execução, sob coordenação da AGES;
- estruturação dos dados estatísticos, para utilização do BI. A TI tem sua atuação na extração de dados necessários à elaboração dos painéis.
- ampliação da área de discos para armazenamento de backup do PJe, projeto em andamento que depende da contratação de

2020.

- prestação de serviço de monitoramento externo para o PJe, essa contratação foi retirada do plano, pois não estava madura a forma de monitoramento necessário. Hoje o PJe tem monitoramento interno, por servidores, sendo que a intenção é ter o monitoramento externo com 24h dias, 7 dias por semana, mas foi prorrogado para 2021.

- ferramenta da OTRS, está no plano para contratação horas de consultoria do software, para melhorar os serviços prestados.

- página do teletrabalho; um portal web. Necessidade que surgiu com a pandemia, para não ficarmos tão dependentes da VPN que, embora esteja estável, pretende-se buscar uma forma mais moderna de acesso às aplicações necessárias ao trabalho do servidor, que estarão dentro de um ambiente web.

- gerenciamento de banco de dados, ferramenta em processo de contratação.

- correio em nuvem. Uma das grandes contratações deste ano. Está bem encaminhada. A solução como um todo chama Office 365, estando incluído o Teams, o e-mail em nuvem e também espaço para armazenar informações pessoais de magistrados e servidores, além de outras ferramentas de colaboração disponíveis no licenciamento.

Será uma mudança de cultura, que exigirá treinamento para os usuários, o que está inserido no processo de contratação da ferramenta.

- calendário de segurança da informação 2020. Ficou um pouco prejudicado em razão da pandemia. O Dr. Felipe vem tratando de um calendário ainda para este ano, sobre segurança da informação, dando continuidade em 2021.

Nessa parte da planilha será necessário incluir os outros projetos da SETI que não estão aqui, em razão da dinâmica das ações.

Com relação aos tablets solicitados pelo Dr. Márcio, tratadas na reunião do CGER, que ficarão para 2021.

O Dr. Mairan pontuou o aspecto da segurança, no uso do correio em nuvem e a contratação do Office 365 e uso do Teams, que devem ter atenção com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados, de forma que toda ação que envolva a TI considere essa nova formatação jurídica. Inclusive informou ter devolvido para a Maíra expediente para atualizar a normativa. E que agora devemos elaborar um plano de segurança de dados, com atuação da SETI, AGES, ADEG e SSEG, sendo o próximo objetivo desenvolver um plano de segurança de dados, atendendo a LGPD. Embora tenha a comissão, o objetivo é mais amplo e mais profundo, sendo importante trabalharmos efetivamente a prestação de dados.

São pontos de acesso a ser tratados, desde o processo sigiloso, a comunicação institucional, a comunicação entre servidores, o acesso indevido de comunicações internas do tribunal, ou divulgação de informações de terceiros, então essas questões devem ser inseridas como plano a ser trabalhado ainda este ano, fechando o tripé de segurança de pessoas, institucional e dados.

Com relação aos tablets o Daniel esclareceu que a ideia é utilizar os equipamentos com o PJe e o receio é adquirir um periférico sem uma prova de conceito, que não funcione adequadamente. Dessa forma vamos testar soluções junto aos oficiais de justiça, para contratar o que será efetivo.

O Dr. Mairan registrou a existência de tablets no Tribunal que estão subutilizados, que podem ser testados. O Daniel informou que tem um tablete do Tribunal com ele e os testes serão realizados com o equipamento já existente.

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Henrique Guimaraes, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação**, em 25/01/2021, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Pascucci Perillo, Diretor-Geral**, em 08/02/2021, às 21:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Zecchin Maiolino, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 09/02/2021, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Zanatta, Assessor Executivo da Diretoria-Geral**, em 10/02/2021, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 21/02/2021, às 23:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 23/02/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6391704** e o código CRC **331DFFC5**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO



CGER-3R COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento:	20.ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região – CGER-3R Parte III
Data:	10 de setembro de 2020
Horário:	16h15 - ADEG
Local:	Sala Virtual - Teams
Pauta:	Análise das ações e projetos que visam o cumprimento das iniciativas indicadas na elaboração do Planejamento Estratégico.

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Mairan Maia	Desembargador Federal Presidente	TRF3
Eurico Zecchin Maiolino	Juiz Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Otávio Augusto Pascucci Perilo	Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região	TRF3
Jeferson Zanatta	Assessoria Executiva da Diretoria-Geral	TRF3
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente, Dr. Mairan Maia, iniciou a reunião virtual de acompanhamento do planejamento estratégico, como desdobramento da reunião de 28/8/2020 do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região, cumprimentando a todos.

Iniciada a análise do planejamento da ADEG, explanou a Maíra:

As ações que foram abordadas pelas outras áreas foram destacadas na planilha e serão citadas superficialmente.

No que tange às ações relacionadas à garantia dos direitos da cidadania, macrodesafio ao qual estão relacionados os projetos de acesso à justiça e transparência temos:

- carta de serviços: trabalho conjunto. Na semana passada as áreas do tribunal e das seções judiciárias realizaram a atualização da descrição dos serviços, nos termos da Resolução do CJF. As próximas etapas são a reformulação da página pelo NUCS e a revisão dos textos pela ACOM para que linguagem fique mais adequada e amigável ao usuário externo.

- pesquisa de satisfação do usuário. Recentemente foram retiradas três perguntas relacionadas às metas e objetivos estratégicos, pois avaliamos que para informações sobre o conhecimento da estratégia e metas é melhor que seja realizada uma pesquisa específica e direcionada, no momento adequado, inclusive com base na Resolução do CNJ que trata da gestão participativa, dessa forma, a pesquisa ficou mantida com as questões de satisfação dos serviços, conforme questões elaboradas pela Ouvidoria que, inclusive, elabora relatórios anuais sobre os resultados da pesquisa.

Recentemente também foi alterada a ferramenta utilizada para a pesquisa. Até então utilizávamos o limesurvey, software gratuito, mas como em razão do pacote Office 365, tem o forms, que é uma ferramenta de pesquisa, mais simples, então mudamos a pesquisa para o forms, possibilitando ajustes e compartilhamento pela própria Ouvidoria.

Relacionada a pesquisa, havíamos incluído uma ação de maior divulgação das metas, o que foi realizado com a ACOM, através da atualização da página das Metas criada no ano passado.

Havia a intenção de realizar oficinas no laboratório para abordar os assuntos que na pesquisa apareceram como de maior

interesse pelos usuários, como priorização no planejamento estratégico, mas com a pandemia e outras prioridades da gestão, essa ação não foi executada. Por outro lado, a matéria previdenciária acabou por ser priorizada na definição das metas de 2021. Assim, a ação fica superada com a instituição da meta.

- plano de acessibilidade: recentemente foi realizada reunião da Comissão, presidida pelo Dr. Hélio.

As ações foram levantadas em 21016 e vêm sendo acompanhadas ao longo do tempo.

Uma das ações, analisada na reunião, foi em relação a dificuldade de acessibilidade no PJe; foram realizados testes com uma estagiária e um servidor do tribunal, tendo reportado que o PJe não funciona com alguns dos softwares utilizados por eles; em paralelo a ADEG recebeu, via Ouvidoria, o relato de dificuldade de uma advogada sobre a acessibilidade no PJe para o peticionamento. Assim, nesse aspecto a Comissão encaminhará a questão ao Dr. Paulo Sérgio, via comitê gestor do PJe, pois se trata de demanda de desenvolvimento, já que é necessário que o PJe seja testado e ajustado para que se torne adequado aos softwares de leitura utilizados pelos deficientes visuais.

Dr. Mairan abordou o projeto para atendimento em libras e ponderou a necessidade de verificarmos a questão da acessibilidade do deficiente auditivo, inclusive no uso do PJe.

- solução de atendimento em libras: o projeto está avançado em relação a São Paulo - Capital, pois há serviço da prefeitura, online, sendo possível utilizar por convênio, que está na AJUD para análise. Assim, resta pendente SP - Interior e Mato Grosso do Sul. Assim, na reunião a Adriana do NURE-MS ficou de buscar informações junto ao TJMS, que tem convênio no mesmo sentido. E no caso do interior, a Diretoria do Foro precisará fazer o mesmo trabalho de pesquisa o que tem no interior para esse tipo de atendimento.

O atendimento em libras é algo que vem sendo buscado há muito tempo, por ser uma cobrança do MPF. Já se buscou a capacitação de servidores, mas é uma capacitação onerosa e complexa e acaba não atendendo por completo.

- piso tátil no tribunal: a dificuldade foi identificada em relação a rua e a porta principal do tribunal, pois da catraca em diante não tem problema em razão do auxílio pelos seguranças. E outro ponto seria nos andares de sessão. Então será feito encaminhamento à SADI para verificar a viabilidade de incluir o piso tátil nos andares com sala de sessão.

Dr. Mairan ponderou que seja importante encaminhá-lo o quanto antes para que o piso tátil seja inserido no projeto da reengenharia.

Dr. Eurico fez o contraponto em relação a política de inclusão, que tem como um dos princípios a independência do deficiente, então limitar aos andares de sessões, estaríamos limitando.

Dr. Mairan registrou que em razão do plano de segurança, haverá limite de acesso às áreas de atendimento ao público.

Maíra consignou que em conversa com a estagiária e o servidor, eles não têm dificuldade e não sentem necessidade, por isso acabamos estabelecendo apenas as áreas de atendimento ao público na deliberação da comissão.

- política de lotação de servidores e estagiários deficientes. Projeto que será realizado em conjunto com a SEGE, cujo tema foi abordado na reunião da Marisol. Um dos pontos seria a capacitação de servidores, sobre a forma de lidar e recepcionar estagiários e servidores com deficiência.

Dr. Mairan consignou que é preciso ter cuidado com esse tipo de política, para tratar a deficiência dentro da sua independência, sem penalizar, dando condições dela se desenvolver de igual para a igual, pois é o que busca o estatuto. Importante ter cuidado para que a pessoa seja tratada como plenamente capaz.

Maíra consignou a secretaria municipal, assunto que não vamos inovar, apenas melhorar a forma de tratar situações de lotação de estagiários e servidores com deficiência.

Inclusive a estagiária citada foi quem motivou essa busca pela comissão, pois a SEGE encontrou muita dificuldade em lotar a estagiária no tribunal.

- painel de produtividade na quarentena: foi concluído; os dados são enviados semanalmente pelo CNJ e consumidos diretamente pelo CJF, com acesso direto ao painel.

- Meta 9: plano de ação que vem sendo tratado com a Dra. Raecler e o Gabinete da Conciliação. Está em elaboração do painel covid-19. Pretendemos inserir no painel o trabalho que está sendo realizado com a DATAPREV. A previsão é concluir o painel até o final de setembro, pois se trata de uma das ações do plano da meta que foi construído e submetido ao CNJ.

- chatbot da conciliação: projeto-piloto; iniciado no JEF de São Paulo que realizou o primeiro protótipo; foram realizadas oficinas com o gabinete da conciliação e a CECON de Campinas, a pedido do Dr. Paulo, para melhorar o atendimento e informações prestadas pelo gabinete e as centrais de conciliação, assim, em um trabalho conjunto foi construído um mapa de respostas, que é inserido em um aplicativo, instalado no aparelho celular institucional, cujo número é divulgado e tem a finalidade de minimizar o número de ligações e e-mails com informações, que muitas vezes se resolvem com o direcionamento das respostas.

Se trata de um protótipo por ser um aplicativo gratuito, inclusive que só funciona no IOS, adequado aos aparelhos do tribunal, mas a intenção é entender o serviço e analisar a estatística gerada, mas para implementar a intenção é realizar um documento de requisitos para buscar outros aplicativos melhores e então integrar a SETI ao projeto, passando a ter a solução não só nos celulares, mas em outros serviços do tribunal, como por exemplo no site. Mas se trata de um projeto que será estudado ao longo deste ano e do próximo.

Passando ao macrodesafio de Celeridade e Produtividade:

- painéis de BI: o aprimoramento da estatística e o painel das Metas acaba por apoiar não só este macrodesafio, ao qual estão relacionadas as Metas 1 e Criminal, mas também apoiam o cumprimento das metas de improbidade, ações coletivas, pois o painel

Com relação ao painel das Metas, no caso do Tribunal o painel foi disponibilizado antes, em razão da inspeção do CJF e CNJ. No caso do 1.º grau ainda estávamos extraindo dados do Mumps-Cachê. Inclusive esta semana o Dr. Alexandre pediu para o Diretor validar o painel das metas, cujo retorno obtivemos ontem e com relação as metas 2 e 4, os dados do PJe estava corretos.

A intenção é divulgar em breve o painel das Metas também para o 1.º grau.

E também está em elaboração do painel da movimentação processual. O do 2.º grau está publicado desde janeiro, que tem funcionado e os gabinetes utilizado bastante. Inclusive quando da implantação do painel, foi realizada uma apresentação do painel com servidores dos gabinetes e das secretarias. Agora precisamos liberar o painel do 1.º grau, que tem inclusive o cálculo do tempo do processo, mas estamos com dificuldades em relação aos dados do mumps, e assim não estamos seguros ainda quanto à liberação.

Por exemplo dados da execução criminal, temos o sistema SEEU e percebemos dados no mumps e no SEEU, então ainda precisamos validar mais um pouco dos dados para liberar.

Em relação a esse painel, inclusive há uma preocupação com relação a migração do SisJEF para o PJe, como a base de dados será migrada também, então o painel comportará os dados do JEF e das Turmas. Consignando que essa migração faz muita diferença para a estatística, pois no caso do Mumps e do Siapro os dados não foram migrados para o PJe e a estatística precisa juntar os dados das duas bases de dados para apresentar o andamento processual unificado do feito.

- avaliação dos resultados do projeto e-Vara. A expansão da CPE pode ser vista como possibilidade de racionalização do tramite processual. Recentemente a Diretoria do Foro apresentou relatório sobre a CPE de Santos, deixando consignado que não foi lido ainda. A CPE bem estruturada permite o processamento mais eficaz. Falando sobre secretaria única e experiência particular nos juizados, a secretaria única funciona, mas se

Dr. Mairan indagou qual seria o problema da estrutura.

Dr. Eurico abordou a estruturação da e-Vara. Criou-se a unidade de processamento, onde o feito tramita e então vai para o gabinete, e para viabilizar o projeto, a estrutura da Vara foi mantida com 8 servidores, mantido, ainda, o Diretor. O que é superior a vara, que hoje tem 4 servidores no gabonete. Então no aspecto de economicidade não muda muito, pois continuas tendo funções elevadas dentro de estrutura de gabinetes.

Em conversa recente com o Décio, Juiz de Santos; há uma comparação com o JEF, em que todos acham que existe um botão que resolve, mas na verdade há uma racionalização de trabalhos de secretaria, mas em termos de gabinete também tem uma atividade individualizada. Assim consignou que seria importante olhar de forma mais detida sobre a estrutura, porque se estender no formato atual, depois fica mais difícil de retirar.

Dr. Mairan consignou ser importante analisar o relatório para avaliar se vale a pena manter, pois tem 3 ou 4 expedientes sobre isso, de subseções que solicitam a instalação da e-Vara, como Campinas e Sorocaba, para ou restabelecer o que era, acabando com a e-Vara ou identificando os gargalos e problemas, aprimorando a e-Vara.

Dr. Eurico registrou que em reunião com o CJF na semana passada, e será levada na sessão do dia 28 pelo Ministro Presidente, uma proposta de estudo nacional. Sendo importante aguardar o que o CJF vai definir, para não tomarmos nenhuma medida contrária que depois precisará ser revista.

De toda forma o Dr. Mairan solicitou a análise do relatório, para sabermos se a experiência foi bem sucedida.

O Dr. Eurico registrou que certamente tem bons resultados, mas a questão é quais instrumentos foram utilizados, em termos de racionalização e economia, se tudo foi feito, ou houve uma troca para viabilizar o projeto. O ato de delegação da CPE é igual a do JEF, ou seja, o processamento é na secretaria, assim os atos decisórios são tomados no gabinete, criando uma disparidade entre servidores e juízes de JEF e Vara, pois quem vai para o JEF terá um gabinete com dois servidores e quem vai para a e-Vara um gabinete bem maior, incluindo diretor.

Em seguida, a Maíra apresentou informações sobre:

- ampliação das Centrais de Conciliação Adjuntas: no caso da CECON Adjunta de Registro, em razão dos bons resultados, foi cadastrada no prêmio conciliar. Contudo, salientou que somente isso não seria o suficiente, há outras questões a serem observadas. Em continuidade, esclareceu que a CECON Adjunta não possui estrutura, somente o serviço e isso é um problema, pois quando se cria uma CECON nas Subseções com mais de 2 varas é criada uma seção em sua estrutura, com um cargo e uma supervisão, pelo menos. Outros 2 pontos importantes é a Resolução CNJ n.º 309/2020 que equipara as centrais de conciliação às unidades judiciárias e a questão da justiça restaurativa que também seria tratada na CECON;

- aprimorar os controles estatísticos que também dão apoio à conciliação; foram criados alguns indicadores para a conciliação (inclusive o de sentenças de homologação). Já foi solicitado ao servidor Cássio, do GABCONCI a validação dos dados para, posteriormente, ser construído um painel de BI;

- audiências de conciliação em relação ao PJe: recentemente houve correção no sistema, sendo possível contabilizar os dados de agora em diante. Contudo, períodos anteriores não serão contabilizados;

- gestão da justiça criminal: pensava-se em fazer oficinas para identificar projetos que visem o aprimoramento da justiça criminal, com outras demandas da gestão e prioridades estabelecidas, bem como da pandemia, não foi realizado.

- aprimoramento das centrais de penas alternativas e criação em outras localidades: iniciativa da Dra. Raecler para inserir no plano, não foi iniciado estudo.

- realização de estudo para verificação da necessidade de especialização de varas federais em execução penal: há expediente na ADEG com consulta do CJF sobre a criação de colegiado para tratar de questões dos presídios federais (em Campo Grande - MS). O Juiz Federal da 5.ª Vara Federal (criminal) de Campo Grande manifestou-se contrariamente à criação do colegiado, mas o CJF estava instituindo uma comissão para estudar o assunto. Não temos informação sobre a criação dessa comissão. Na informação serão apontadas as dificuldades para criação do colegiado de juízes, bem como sugerida a criação de uma comissão, composta por juízes de execução criminal para estudar o aprimoramento das centrais de penas alternativas e criação em outras localidades, especialização das varas federais em execução penal ou mudança de competência e criação do colegiado de juízes. A Dra. Raecler ficou de conversar com o Dr. Alessandro Diaferia sobre esse assunto, para que ele faça parte da comissão, talvez como coordenador. Além disso, tem a questão das varas colegiadas para tratar dos crimes de organização criminosa, que poderia, também, ser tratada pela comissão. Por fim, todos os assuntos de criminal que estão no planejamento, por recomendação do CJF e CNJ, seriam tratados pela comissão de juízes.

O Dr. Eurico ressaltou o problema da especialização da vara, pois fica somente um juiz federal responsável por um assunto muito

delicado.

O Dr. Mairan salientou a necessidade identificar os temas e vincular a essa comissão, mas pediu o máximo cuidado com esse assunto, pois daqui a pouco não terá varas com competência comum. Além disso, não tem certeza até que ponto a especialização de vara tem sido frutífera. Em seguida, determinou que fosse agrupada todas as questões criminais para serem discutidas de forma pontual pela comissão. Informou que há um procedimento na AJUFESP discutindo essa questão da especialização das varas em lavagem de dinheiro.

Em continuidade, a Maíra, informou que no plano havia sido colocado duas metas:

- a) redução dos prazos de tramitação dos processos criminais: no painel de movimentação do 1.º Grau está sendo incluído o tempo do processo, que possibilitará pensar em medidas para tentar reduzir o tempo de tramitação;
- b) redução do percentual de redesignação de audiência criminal: a Dra. Raecler fez diversas ponderações sobre isso, e que talvez seja uma meta muito complicada de definir o parâmetro, medir e cumprir.

Em seguida, o Dr. Mairan disse que talvez seja o caso de eliminar a meta de redução do percentual de redesignação de audiência criminal, mas que isso seria visto depois.

Em relação à execução fiscal, as metas "diminuir o percentual de leilões negativos" e o "percentual de executados não encontrados", não foi iniciada a criação do indicador, pois é preciso definir os parâmetros para medir o percentual atual. Nos sistemas processuais não há informações para serem buscadas, teriam que ser solicitadas às unidades.

O Dr. Mairan indicou a Central de Hastas Públicas para serem obtidas as informações para definição dos parâmetros.

Quanto ao combate à corrupção e improbidade administrativa, a Maíra informou que o painel de metas ajuda a identificar as unidades com mais processos; foram realizadas em 2018 reuniões com juízes para diagnóstico dos problemas no trâmite das ações de improbidade. Hoje não é possível dizer se o sistema PJe melhorou o trâmite desse tipo de ação, teria que ser construída uma medida para identificar os gargalos.

O Dr. Mairan disse que não há gargalos, que ações populares e de improbidade são complicadas para julgar, não vamos perder tempo com isso. O que poderia ser feito é destacar a estatística desse tipo de ação em cada gabinete, identificando os temas.

Sobre gestão de pessoas, modelo de educação corporativa, a Maíra informou que o estudo foi iniciado em 2016 e atualmente está com a EMAG, é uma reconstrução da forma de capacitação na 3.ª Região, visa uma construção permanente de desenvolvimento, competências e capacitação. Hoje, o Tribunal e as Seções Judiciárias possuem modelos próprios de capacitação.

Em continuidade, a Maíra informou sobre os seguintes projetos:

- o processo de unificação das Turmas esta em andamento, o Alexandre (SEJU) encaminhará a minuta. A 7.ª e 9.ª Turma estão mapeando os processos de trabalhos e a ADEG está prestando apoio, podendo ser utilizado para as demais;
- painel gerencial da SEGE de dados de servidores está na dependência da conclusão do painel da segurança, é necessário fazer alguns ajustes no banco de dados do sistema de RH e validação dos dados;
- acompanhamento mensal dos indicadores do PLS, o painel do Tribunal está publicado;
- instituição da política de resíduos sólidos, sugestão da Comissão Sociambiental, mas que em razão da pandemia não foi realizada a consulta pública para construção da política;
- definição de metas e critérios de acompanhamento de contratações sustentáveis, foi inserido pelo CJF como meta, e será mantida para 2021. Neste ano, estamos fazendo a medição, levantando a quantidade de contratos que possuem essa cláusula, para posteriormente ser definida uma meta;
- otimização das fases dos processos de contratação, agregar a DFORS e DFORMS e alterar a portaria do grupo do projeto;
- a revisão do plano anual de contratação do Tribunal está em andamento;
- criação de painéis de BI de apoio de gestão administrativa: Segurança e SEGE. Já estão publicados os painéis de limite orçamentário, PLS e Portifólio de Projetos;
- criação de um painel de execução orçamentária: hoje o Tribunal utiliza o sistema access para registro da execução orçamentária, pela SOFI. A JFSP desenvolveu o sistema Siacor, que foi implementado pela JFMS também. O sistema utilizado no Tribunal, além de ser inferior, não possibilita a criação do painel, em razão da sua configuração (o access possui senha). Na inspeção foi questionada essa situação de sistemas diferentes para realizar o mesmo tipo de trabalho, além do sistema utilizado no Tribunal ser access. A SOFI em conjunto com a DIRG poderia avaliar a utilização do sistema Siacor para implantação no Tribunal.

O Dr. Mairan disse que o processo de unificação das Turmas tem que ter mais cuidado, com mais vagar, está pensando em esperar primeiro como é que funciona a reunificação dessas duas turmas para verificar quais foram os problemas, de modo que não tenha na 2.ª Seção, porque será mais difícil. Quanto à implantação do Siacor no Tribunal o Dr. Mairan solicitou ao Otávio apara verificar se interessa ou não, encaminhando essa questão.

Por fim, na parte de governança, a Maíra, informou:

- difundir a metodologia de projetos: ação contínua da ADEG;
- projeto e-Vara: relatório apresentado demonstra que correções estão sendo realizadas no fluxo;
- projeto SINARA e SIGMA de inteligência artificial, estão em execução;
- mapeamento de processos de trabalho: retomado pela DPED, em execução;
- gestão de risco: estamos estudando o nível do risco para retomar as reuniões do comitê e estabelecer a análise dos mapas de riscos;
- implantação do BI: em execução;

- modernização da página de internet dos JEFs e Turmas irá acontecer com a implantação do PJe nos JEFs;
- a ADEG avaliará a necessidade de revisão da governança (quais são as ações, eixos da governança), de acordo com o manual do CJF sobre esse assunto;
- a ADEG estudará a viabilidade de realizar workshop sobre a estratégia e ações voltadas a execução da estratégia, são questões que devem ser tratadas, mas diz respeito a comunicar internamente (por e-mail ou workshop);
- reuniões do CGER são realizadas regularmente e devem avaliar as metas e projetos;
- manter o plano de comunicação: ação contínua em conjunto com a ACOM;
- pesquisa de satisfação do usuário: ação contínua da Ouvidoria;
- incluir no plano de capacitação o curso de gestão de risco e educação ambiental: estão na programação da SEGE;
- atuação do grupo iNovaTRF3 e iLabTRF3 em projetos de inovação.

O Dr. Mairan ressaltou a necessidade de cuidado na coordenação das atuações do laboratórios para não ficar todo mundo atuando paralelamente com desperdício de energia, recursos materiais e humanos.

A Maíra informou que tem conversado com o Dr. Caio e a Gisele sobre as demandas que tem chegado ao laboratório, muitas são realizadas em parceria, ou quando é realizado pelo laboratório da JFSP ou do Tribunal, sempre tem a comunicação do assunto que será tratado na oficina.

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 21/02/2021, às 23:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Pascucci Perillo, Diretor-Geral**, em 22/02/2021, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Zecchin Maiolino, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 23/02/2021, às 08:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Zanatta, Assessor Executivo da Diretoria-Geral**, em 23/02/2021, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 23/02/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6393267** e o código CRC **1FC098D1**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO



CGER-3R COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento:	20.ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região – CGER-3R Parte III
Data:	10 de setembro de 2020
Horário:	17h - SSEG
Local:	Sala Virtual - Teams
Pauta:	Análise das ações e projetos que visam o cumprimento das iniciativas indicadas na elaboração do Planejamento Estratégico.

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Mairan Maia	Desembargador Federal Presidente	TRF3
Eurico Zecchin Maiolino	Juiz Federal Auxiliar da Presidência	TRF3
Otávio Augusto Pascucci Perilo	Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região	TRF3
Jeferson Zanatta	Assessoria Executiva da Diretoria-Geral	TRF3
Gustavo Moreno de Campos	Secretaria de Segurança Institucional	TRF3
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica	TRF3

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente, Dr. Mairan Maia, iniciou a reunião virtual de acompanhamento do planejamento estratégico, como desdobramento da reunião de 28/8/2020 do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3.ª Região, cumprimentando a todos.

Iniciada a análise do planejamento da SSEG o Dr. Mairan pontuou que o primeiro item já foi atendido pelas Resoluções n.ºs 360 e 351, assim, passamos a tratar da implantação dos aspectos materiais decorrentes das duas resoluções.

Em relação às Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, os Diretores dos Foros já estão tomando às providências.

Em seguida foi dada a palavra ao Gustavo que explanou sobre as demais ações:

- Concurso público:

Foi objeto de reunião com a Marisol, Jeferson e Otávio, estando em andamento.

- Capacitações de magistrados e servidores:

No caso dos magistrados com foco na auto-defesa e dos servidores com foco na estruturação do grupo especial de operação, ambos suspensos em razão da pandemia.

- Aquisições

Com relação às armas para o grupo especial de proteção, essas devem chegar no prazo de 60 dias.

E também está em andamento a aquisição dos veículos, dependendo do CJF para prosseguimento da contratação.

E na área de inteligência, também está avançada a aquisição de materiais de inteligência.

Registrou o aumento do parque de CFTV de 48 para 150 câmeras e a autonomia de instalação e manutenção, havendo hoje

condições de fazer com os contratos em vigor, o que gerou uma boa economia.

Dessa forma, os pontos do planejamento estratégico estão basicamente todos em andamento, à exceção daqueles que foram paralisados em razão da pandemia.

O Excelentíssimo Desembargador Federal Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO MORENO DE CAMPOS, Diretor da Secretaria de Segurança Institucional, em exercício**, em 18/01/2021, às 09:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Zanatta, Assessor Executivo da Diretoria-Geral**, em 19/01/2021, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Augusto Pascucci Perillo, Diretor-Geral**, em 19/01/2021, às 11:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Zecchin Maiolino, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 21/01/2021, às 20:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 03/02/2021, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mairan Gonçalves Maia Júnior, Desembargador Federal Presidente**, em 23/02/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6393271** e o código CRC **F0F15500**.